



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XL — Nº 090

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 15 DE AGOSTO DE 1985

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 211ª SESSÃO CONJUNTA, EM 14 DE AGOSTO DE 1985

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO MARCONDES PEREIRA — Trabalho apresentado ao Senhor Presidente da República, pelo Centro de Defesa e Orientação ao Menor Trabalhador de São José dos Campos-SP, na ocasião da visita de S. Exª àquele município.

DEPUTADO DEL BOSCO AMARAL — Defesa da política de conciliação imediata, em favor do fortalecimento e da unidade da Aliança Democrática.

DEPUTADO JOÃO MARQUES — Apelo ao Senhor Presidente da República e aos Srs. Ministros do Planejamento e da Fazenda, para que façam estender aos municípios do interior do Pará, atingidos pelas enchentes, os efeitos da Circular nº 920, do Banco Central do Brasil. Solicitando do Sr. Ministro dos Transportes, que as sedes de municípios do Estado do Amazonas que especifica, sejam incluídas nas escalas da frota fluvial da ENASA.

DEPUTADO JOSÉ COLAGROSSI — Decisão do conselho político do Governo em proibir candidaturas avulsas no próximo pleito municipal.

DEPUTADO RAUL BERNARDO — Requerimento aprovado pela Câmara de Vereadores do Município de Jundiá-SP, solicitando às autoridades competentes do Ministério da Previdência e Assistência Social, o atendimento de reivindicações feitas pela Comissão de Aposentados daquele município.

DEPUTADO AGNALDO TIMÓTEO — Observações sobre a política racial da África do Sul.

DEPUTADO SALLES LEITE — Artigo publicado no jornal da Semana de autoria de Yara Nagel, intitulado "Por que o brasileiro prefere viajar para o Exterior".

DEPUTADO JOSÉ FERNANDES — Apelo ao Sr. Ministro da Previdência Social, em favor das reivindicações feitas pelos servidores daquela pasta, em favor da concessão de 20% de reposição salarial.

DEPUTADO STÉLIO DIAS — Visita do Senhor Presidente da República ao Uruguai. Apelo ao Presidente José Sarney e ao Ministro da Justiça, em prol do recadastramento eleitoral no País.

DEPUTADO FRANCISCO DIAS — Tese apresentada pelo Procurador de Justiça do Estado de São Paulo, no 6º Congresso Nacional do Ministério Público, intitulado "A Nomeação de Tutor na Tutela Civil Estatal".

DEPUTADO CELSO PEÇANHA, como Líder — Considerações sobre o pronunciamento feito ontem, pelo Senhor Presidente da República na Assembleia Geral do Uruguai.

DEPUTADO RAUL BERNARDO, como Líder — Apelo ao Governo Federal, no sentido de que seja estendida ao pessoal de nível médio do Serviço Público Federal, a gratificação de 80% concedida aos servidores de nível superior.

DEPUTADO JOSÉ COLAGROSSI, como Líder — Matéria publicada em órgão da imprensa, no concernente à decisão que poderá ser adotada pelo Supremo Tribunal Federal, relativo a eleição em dois turnos no próximo pleito municipal de 15 de novembro.

DEPUTADO MENDES BOTELHO, como Líder — Vale-transporte. Defesa do passe gratuito aos ferroviários da Rede Ferroviária Federal. Apelo ao Sr. Ministro dos Transportes, no sentido de que seja autorizada a extensão, até Jundiá, da linha de trens de subúrbio de São Paulo.

DEPUTADO JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS, como Líder — Visita do Presidente José Sarney ao Uruguai. Reparos ao discurso pronunciado pelo Sr. Raul Bernardo na presente sessão. Considerações sobre o pronunciamento que teria sido feito pelo Ministro das Minas e Energia, no Uruguai, em favor da candidatura do Dr. Jânio Quadros para Prefeito de São Paulo.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.2.3 — Questão de ordem

Levantada pelo Sr. Mendes Botelho e acolhida pela Presidência, relativa a inexistência de quorum para o prosseguimento da sessão.

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 212ª SESSÃO CONJUNTA, EM 14 DE AGOSTO DE 1985

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Críticas à administração do Dr. Campos da Paz, à frente da Fundação das Pioneiras Sociais.

DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON — Notícia publicada no *Jornal do Brasil*, de que o Presidente José Sarney hospedou-se no Uruguai, em hotel pertencente à Seita Moon. Documento recebido por S. Exª do Ministério da Justiça, a respeito das atividades da referida seita no Brasil.

DEPUTADO JOSÉ COLAGROSSI — Condições de casuísticos que estaria havendo por parte de grupos políticos, na tentativa de inviabilizar o acesso de pequenos partidos à televisão.

DEPUTADO HERÁCLITO FORTES — Observações ao discurso pronunciado pelo Sr. Roberto Jefferson na presente sessão.

DEPUTADO MENDES BOTELHO, como Líder — Descumprimento de acordo que estaria ocorrendo por parte da Rede Ferroviária Federal, com o Sindicato dos Trabalhadores da Empresa Ferroviária de São Paulo.

2.3 — ORDEM DO DIA

2.3.1 — Leitura da Proposta de Emenda à Constituição

Nº 54/85, que acrescenta item IV ao art. 40 da Constituição Federal.

2.3.2 — Designação da Comissão Mista. Fixação de calendário para a tramitação da matéria

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS**

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO MORAES DA SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 3.000,00
Ano	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

2.3.3 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 42 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.4 — ENCERRAMENTO**3 — ATA DA 213ª SESSÃO CONJUNTA, EM 14 DE AGOSTO DE 1985****3.1 — ABERTURA****3.2 — ORDEM DO DIA**

Projeto de Lei do Senado nº 272/78 (nº 2.006/79, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação à

alínea a do art. 32 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de quorum.

3.2.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 46 minutos, com Ordem do Dia que designa.

3.3 — ENCERRAMENTO**4 — ATA DA 214ª SESSÃO CONJUNTA, EM 14 DE AGOSTO DE 1985****4.1 — ABERTURA****4.1.1 — Questão de ordem**

Levantada pelo Sr. Heráclito Fortes e acolhida pela Presidência, relativamente à inexistência de quorum para o prosseguimento da sessão.

4.1.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

4.2 — ENCERRAMENTO**Ata da 211ª Sessão Conjunta, em 14 de agosto de 1985****3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura****Presidência do Sr. Marcondes Gadelha****ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Jorge Kalume — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Alcides Paio — Galvão Modesto — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Américo de Souza — Alberto Silva — César Cals — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Severo Gomes — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Roberto Wypych — Álvaro Dias — Enéas Faria — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:**Acre**

Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; José Melo — PMDB.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Randolfo Bittencourt — PMDB; Ubaldino Meirelles — PFL.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PFL; Francisco Sales — PDS; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Benedicto Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Gerson Peres — PDS; João Marques — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curió — PFL.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PFL; João Alberto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PFL; Nagib Haickel — PDS.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jônathas Nunes — PFL; José Luiz Maia — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PFL; Jessé Freire — PFL; João Faustino — PFL.

Paraíba

Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PFL; João Agripino — PMDB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vas-

concelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Mendonça Bezerra — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavour — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; José Thomaz Nonô — PFL; Renán Calheiros — PMDB; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Hélio Dantas — PFL; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Ângelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PTB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; João Alves — PDS; José Lourenço — PFL; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Mário Lima — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stêlio Dias — PFL; Theodorico Ferraço — PFL.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Amaral Netto — PDS; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Clemir Ramos — PDT; Dado Coimbra — PMDB; Dêlio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Frejat — PDT; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PFL; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Dario Tavares — PMDB; Delson Scarano — PDS; Emílio Haddad — PFL; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Mário de Oliveira — PMDB; Milton Reis — PMDB; Nayarro Vieira Filho — PFL; Nilton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Paulino Cícero de Vasconcelos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PMDB; Alcides Franciscato — PFL; Armando Pinheiro — PDS; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novas — PMDB; João Bastos — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Camargo — PFL; José Genoino — PT; Maiuly Neto — PFL; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PFL; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Samir Achôa — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.(Afastado.)

Goiás

Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Irupuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; José Freire — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Forto — PFL; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Márcio Lacerda — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Harry Amorim — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL.

Paraná

Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kiffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Funchin — PMDB; José Tavares — PMDB; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Ernesto de Marco — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Paulo Melro — PFL; Pedro Colin — PFL; Walnor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Darcy Pozza — PDS; Floriano Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Ueque — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélis Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratiní de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS.

Amapá

Geovani Borges — PFL.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — As listas de presença acusam o comparecimento de 47 Srs. Senadores e 250 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Pereira.

O SR. MARCONDES PEREIRA (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Senhor Presidente da República José Sarney esteve em visita a São José dos Campos há duas semanas e na oportunidade recebeu, no aeroporto de São José dos Campos, uma comissão do Centro de Defesa e Orientação do Menor Trabalhador.

Levamos para aquela reunião 1.400 menores, distribuídos em vários projetos, que estão dando a São José dos Campos uma nova feição, além daqueles que varrem as ruas, que produzem doces caseiros, que são estafetas, que são orientadores, que são auxiliares odontológicos. É um programa que está sendo desenvolvido em São José dos Campos, que impressionou sobremaneira o Senhor Presidente José Sarney, dizendo, o mesmo, que esse programa deveria servir de exemplo a todo o País.

Em São José dos Campos a administração pública se voltou para a educação e dentro do programa da edu-

cação se voltou, também, para o menor abandonado, para aqueles que estavam nas favelas abandonadas, para aqueles que estavam nas ruas jogados, para aqueles menores sobre os quais apenas olhamos e criticamos. A Administração Pública, através do Sr. Hélio Augusto Souza, que é o Vice-Prefeito e do Prefeito, Robson Marinho, elaborou um programa de defesa do menor. Esse programa, no qual já se gastaram mais de 6 bilhões de cruzeiros para a orientação, alimentação, vestimenta e educação, esse programa, realmente, é modelo para o País. Agora, evoluímos. Estamos evoluindo para uma proposta de âmbito nacional, qual seja, a de formação da Frente Nacional de Defesa dos Direitos dos Menores. O menor não tem quem fale por ele; o menor tem apenas aquelas demagogias, aquelas explorações que servem para muitas literaturas mas que, na realidade, não chegam ao ponto principal; o menor é abandonado nas ruas, é maltratado, é preso, é levado as FEBEMs, é levado para esses centros de educação que são mais centros de orientação para o crime do que, praticamente, para a sua recuperação.

Em São José dos Campos se desenvolvem em vários setores, inclusive, até na formação de hortas — no Disque-Hortas —, em que os menores comparecem em qualquer lar, em qualquer residência, para fazer uma horta, ajudar e orientar como se faz uma horta.

O trabalho que se faz no meu município tem, hoje, repercussão nacional.

O Presidente acaba de declarar que deve servir de modelo para os demais municípios do País, mas não basta isto. A minha presença, nesta tribuna é para que esta Casa tome conhecimento e para que o Governo destine verbas a todos os municípios, a esse Ministério do Bem-Estar do Menor que se quer criar e para que se criem condições para que os municípios, realmente, tenham condições de organizar um trabalho em defesa dos direitos do menor. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Del Bosco Amaral.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

De forma iniludível os pronunciamentos dos Parlamentares nesta Casa e os fatos concretos que estão ocorrendo em todo o País, levam-nos à certeza de que, pelo menos, até as eleições municipais de novembro deste ano não poderemos conter a fragmentação da Aliança Democrática.

Para minha honra fui, hoje recebido no Palácio do Planalto pelo Senhor Presidente da República em exercício, Deputado Ulysses Guimarães, e transmiti a Sua Excelência a preocupação de como seria encaminhado o grande processo de reconciliação após as eleições de novembro, visando a fortalecer e restabelecer a unidade da Aliança Democrática que elegeu Tancredo Neves que, depois, pelas forças do destino, levou o Presidente José Sarney à Presidência da República.

Nós políticos, Sr. Presidente, e V. Ex^a que é um brilhante Senador pelo glorioso Estado da Paraíba, sabe mais do que ninguém de que as lutas regionais, e muitas vezes não há grandes lutas regionais, mas microlutas regionais, até situadas dentro de um pequeno município, causam profundas seqüelas que vêm refletir no âmbito maior da política nacional.

O povo, este povo constituído, inclusive, pelos funcionários que nos ouvem, constituído pelos elementos da Taquigrafia, por todos os segmentos da coletividade, pela imprensa, que ultimamente até vitupera muito o Congresso Nacional, este povo não quer saber das filigranas da política, este povo quer saber de resultados palpáveis da ação governamental na área socioeconômica, na área da saúde e na área da educação.

Por isso, Sr. Presidente, traduzi hoje um apelo ao Presidente Ulysses Guimarães no sentido de que, devolvendo hoje, o mandato presidencial ao Presidente José Sarney, que chegará às 16 horas na Base Aérea de Brasília, e as grandes Lideranças, convocando para isto o Ministro Aureliano Chaves, que foi realmente, um dos grandes artífices da Aliança Democrática, procure minimizar esta fragmentação para que os estilhaços não vão tão longe a ponto de realmente atingir os interesses populares.

Desta forma, Sr. Presidente, acho que estamos todos convocados para uma grande política de conciliação imediata, para que os danos não sejam irremediáveis e uma política de refazimento, uma política de recolagem deste grande vaso em que se depositam as esperanças do povo brasileiro que era a Aliança Democrática. Mas tenho a impressão que esta etapa somente após 15 de novembro.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Congressistas. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Concedo a palavra ao nobre Deputado João Marques.

O SR. JOÃO MARQUES (PMDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, voltamos a reclamar, para o nosso Estado, o mesmo tratamento que a República tem dispensado a outras regiões do País, como tem ocorrido em relação ao Sul e ao Nordeste, como é do mais amplo conhecimento público.

Desta feita dirijo-me aos Excelentíssimos Senhores Presidentes da República, José Sarney, e Ministros de Estado do Planejamento e da Fazenda, João Sayad e Francisco Dornelles, respectivamente, para que façam estender aos municípios do interior do Pará, atingidos por situações calamitosas como enchentes, estiagem ou isolamentos rodoviários, os efeitos da Circular nº 920, de 19-3-85, documento nº 1, anexo a, do Banco Central do Brasil, para que, desse modo, recebam crédito rural subsidiados com juros de 35% ao ano, conforme estabelece o item 3 da referida circular beneficiando os municípios atingidos pela estiagem no Nordeste.

Reclamo-se desta tribuna, mais uma vez, em termos justos até porque todos somos brasileiros, estejamos no sul, no Nordeste ou no Norte do País, e é inadmissível que se dispense tratamento diferenciado em razão do lugar em que vivemos, embora o sofrimento não escolha tempo nem lugar para causar seus efeitos negativos.

Assim, é de esperar que as autoridades para as quais se dirige este apelo, sensíveis aos problemas de todos aqueles que, lá no norte do Brasil, foram prejudicados pela inelutância do tempo, tenham condições de uma recuperação auxiliados pelo poder público, que nada mais estará fazendo senão cumprir com o papel que lhe é reservado dentro da estrutura da própria administração que existe efetivamente para servir ao povo.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, outro assunto me traz à tribuna: durante muitos anos as principais localidades da Amazônia no estuário do grande rio, ficaram na dependência de embarcações particulares sem conforto nem segurança, mas suas populações não tinham nenhuma opção para se locomover e muitas vidas foram tragadas pelas águas, enquanto essa dificuldade de locomoção causava um atraso no comércio da região, quase secular.

Com a criação dos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará, muito conhecida pela sigla SNAPP, que substituiu na época do governo Vargas a então existente Companhia do Porto do Pará, de origem inglesa, foram adquiridos navios mais modernos, por sua vez substituídos pela chamada Frota Branca, adquirida ao tempo do governo constitucionalista de Getúlio Vargas.

Passou a Amazônia a contar desde então com embarcações de melhor nível que atendiam às reais necessidades daquele imenso mundo cercado de águas por todos os lados. Infelizmente não existiu o cuidado da manutenção daqueles navios adquiridos no exterior e pouco a pouco o tempo foi liquidando com um precioso patrimônio que era de todos os que habitam a região.

Com o movimento militar de 1964, extinguiu-se o antigo SNAPP que foi desmembrado para ceder lugar à Empresa de Navegação da Amazônia (ENASA), a Companhia das Docas do Pará (CDP). Caberia desde aí à ENASA, assistir com sua frota a todos aqueles que dependem do rio para chegar aos seus destinos. Sucessivas administrações nem sempre preocupadas com o destino da instituição, conduziram-na a uma situação de quase falência, e com esse estado de coisas quem sofreu realmente foi a população que passou a encontrar dificuldades para se locomover. Com isso a navegação formada por empresas particulares tomou a dianteira e muitos lugares hoje em dia são atendidos por essas embarcações que substituíram o poder público, incapaz de dar continuidade a uma política de transporte que era da sua responsabilidade.

Mesmo assim ainda existem muitos municípios em que seus habitantes lutam com dificuldades para sua própria locomoção, e entre eles encontram-se as sedes municipais de Altamira, Senador José Porfírio, Porto de Moz, Portel e Gurupá, ainda não incluídos nas escalas da frota fluvial da ENASA e essas populações ficam ainda mais prejudicadas pela sua falta de opção, face a incipiente e, diríamos, quase inexistente malha rodoviária.

Impõe-se, desse modo, apelar para o Ministro dos Transportes e para a direção da Empresa de Navegação da Amazônia, no sentido de que seja atendido o pleito das milhares de pessoas que dependem do rio e das embarcações para atingir os lugares que pretendem, com facilidade, com segurança e com preços das passagens dentro do poder aquisitivo dos usuários. Ao mesmo tempo que o comércio será atendido e assim as riquezas regionais terão melhor condição de circulação. Estamos certos de que essas autoridades serão sensíveis às justas reivindicações formuladas.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Colagrossi.

O SR. JOSÉ COLAGROSSI (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Conselho Político do Governo, em reunião ontem realizada, resolveu não permitir as candidaturas avulsas para a Constituinte. Dentre as razões alegadas, a principal foi que isso facilitaria o poder econômico atuar na escolha dos novos constituintes.

Eu queria salientar que, além desse aspecto, há um aspecto que considero fundamental. Por que pessoas de grande prestígio, que querem participar da Constituinte, não querem participar dos partidos políticos? Por que acreditar que as candidaturas individuais trariam algum benefício à vida institucional deste País? Eu acho que durante vinte anos neste País se falou muito mal de políticos. Durante vinte anos se seguraram todas as tendências intelectuais, sociais e políticas em dois partidos, e tem que se fazer a recuperação, perante a Nação, perante a população, de que fazer política e que partido político é muito importante. Jamais alcançaremos um regime estável, um regime democrático duradouro, se não tivermos partidos políticos fortes. É preciso que a imagem do deputado, a imagem dessa Casa, que sofre hoje uma série de agressões, que ela seja realmente colocada nos seus devidos valores. E a negação de que ninguém pode ser candidato individual, ela vem fortalecer os partidos políticos. É preciso que a população pense e acredite que sem uma solução política nada mais será encontrado neste País, a não ser a ditadura, que ficou vinte anos aí, falando mal de políticos e que levou o País a essa situação.

Quero, Sr. Presidente, deixar a minha posição de aplauso ao Conselho Político, e de repúdio ao que se fala hoje desta Casa. Nós sabemos que a imprensa é soberana e que não há democracia sem imprensa livre, mas nós achamos que há exagero quando se analisa e se exige que os deputados fiquem aqui neste plenário. Seria ridículo, em três sessões, estarem aqui 470 deputados sentados aqui nesta Casa, isso sim seria ocioso, seria entender que só a presença aqui no plenário justificaria a existência do deputado. Seria um absurdo que aqui, de manhã, de tarde e de noite, estivesse todo o mundo sentado aqui dentro. Aí sim é que ninguém estaria trabalhando para o povo. Nós respeitamos a imprensa, mas tem que se colocar no devido lugar o trabalho profundo que se faz nesta Casa, o grande mérito da Câmara dos Deputados. Sem esta Casa acabaríamos todas as nossas instituições, a liberdade e a segurança do indivíduo.

É isso aí. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Raul Bernardo.

O SR. RAUL BERNARDO (PDS — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Consciente da importância do instituto da aposentadoria — instrumento que é da justiça social e da valorização da pessoa humana — a Câmara de Vereadores do Município de Jundiá houve por bem aprovar requerimento de autoria do ilustre Vereador José Rivalli, encarecendo às autoridades competentes do Ministério da

Previdência e Assistência Social o estudo da viabilidade de um elenco de reivindicações, para as quais uma Comissão de Aposentados daquela cidade paulista solicitou o apoio da Edilidade local junto aos órgãos previdenciários federais.

Vale destacar que a referida Comissão, integrada por 37 representantes da classe, audiência que teve lugar no dia 7 de maio último, em Brasília, teria levado ao conhecimento do Senhor Ministro da Previdência as principais exigências da categoria, todas elas destinadas a diminuir as distorções que, não obstante o cabedal de fatos positivos que marcam a existência da legislação previdenciária entre nós, poderão comprometer, se não corrigidas, os fundamentos de tão importante conquista social do trabalhador brasileiro.

Dentro dessa moldura, pleiteiam os aposentados a execução de uma política previdenciária que, eliminando os desajustes que envolvem a matéria, venha a isentar do imposto de renda os proventos da inatividade; proceda à revogação do Decreto nº 1.910, sobretudo no que se refere à contribuição para custeio da Previdência; assegure, finalmente, a equiparação real do valor do reajuste da aposentadoria com o dos salários dos trabalhadores na ativa.

Ao reconhecermos, Sr. Presidente, a importância da aposentadoria, seja para o estabelecimento de uma ordem social mais justa, seja como fator de valorização do trabalhador, queremos manifestar nosso integral apoio ao oportuno e corajoso posicionamento da Câmara Municipal de Jundiá em favor das reivindicações apresentadas, com responsável senso de equilíbrio e moderação, pela referida categoria.

Desejamos, também, por inspiração da própria justiça da causa, hipotecar irrestrita solidariedade às entidades representativas dos trabalhadores aposentados, confirmando nossa firme integração à luta pelo reconhecimento de seus legítimos direitos.

Por esse prisma, quer-nos parecer da maior relevância que o Governo venha a proceder à avaliação correta das reivindicações apontadas, de forma a fazer do instituto da aposentadoria não uma conquista abstrata, mas um instrumento significativo no campo do desenvolvimento social e do bem comum.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Agnaldo Timóteo.

O SR. AGNALDO TIMÓTEO (PDS — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Quero somar a minha voz a milhões de vozes neste mundo, vozes coerentes, vozes racionais, contra a barbárie do *apartheid*, contra a violência do governo racista, criminoso e selvagem da África do Sul.

Gostaria de deixar registrado, Sr. Presidente, que aqui no Brasil somos quase 50% da população de raça negra e gostaríamos que o Governo brasileiro, através de seus imediatos, através do Ministério das Relações Exteriores, tomasse uma medida mais drástica, mais contundente, mais audaz contra o Governo da África do Sul.

Estamos assustados, até, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, com a violência espalhada pelo mundo em que estamos vivendo. Às vezes, temos a impressão de que estamos caminhando, inexoravelmente, para o extermínio da humanidade; temos até a impressão de que, a qualquer momento, um outro governo mais violento, dos Estados Unidos ou da Rússia, poderia levar ao extermínio toda a humanidade e acabar com este mundo. Porque são tantas as divergências, são tantos os desacordos, são tantas as ambições e vaidades que parecem-nos que estamos caminhando, realmente, para o fim do mundo.

Mas, hoje, sem dúvida nenhuma, o regime que mais nos assusta, que mais assombra o mundo, que mais nos agride com a sua postura, com a sua violência, com a sua irracionalidade, com a sua selvageria é o governo da África do Sul.

Deixo aqui, como artista, como cidadão, como operário, como trabalhador, e como parlamentar a minha voz somada às vozes de milhões de pessoas neste mundo inteiro, que clamam, contestam e protestam contra o Governo da África do Sul. Tomara que mais esta voz possa representar e significar alguma coisa em relação às medidas do Governo brasileiro e de todos os governos dos países pacíficos contra a violência do Governo da África do Sul. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Salles Leite.

O SR. SALLES LEITE (PDS — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Recentemente a imprensa noticiou que o número de dólares gastos por brasileiros em Miami é elevado; a fonte governamental, parece que até o próprio Presidente Sarney lembrou-se do problema.

Acontece que o turismo interno é que tem o problema, com custos de passagem muito altos e hotéis muito mais caros e piores do que hotéis americanos. Desejo aproveitar este pronunciamento para transcrever o artigo "Por que o brasileiro prefere viajar para o Exterior", de Yara Nagel, publicado no dia 14 de julho último, pelo *Shopping News* — *City News*, *Jornal da Semana*, e fazer constar nos Anais desta Casa, o pensamento de quem procura desenvolver o turismo nacional. Eis o artigo na íntegra:

"Caso você pretenda ir a Miami ou Orlando nestas férias de julho terá de enfrentar uma árdua batalha para conseguir uma passagem, apesar dos 17 voos charter extras da VASP, cerca de 20 da VARIG, além das frequências normais da nossa companhia de bandeira, da VASP — um voo por semana — e dos 5 aviões fretados para Orlando, da TRANSBRASIL. As companhias aéreas estrangeiras também podem levar brasileiros aos Estados Unidos, principalmente a Pan American, pois um acordo do Governo a Governo facultou à VARIG e à Pan Am 20 voos regulares semanais.

Parece que o turista brasileiro optou mesmo pelo exterior. Afora as destinações norte-americanas os aviões estão partindo lotados para a Europa, para algumas regiões das Antilhas e para Bariloche através de fretamentos. Apesar da dificuldade em conseguir lugar em qualquer companhia aérea para deixar o País, as entidades do setor são cautelosas. "Não se trata de um boom de turismo para o exterior". Diz Modesto Mastroiosa, presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagem (ABAV). "É uma tendência que se repete todos os anos nesta época".

O que está acontecendo de novo nesse quadro, segundo Mastroiosa, é que, com a facilidade de se obter autorização do DAC para voos charter para os Estados Unidos, se criou uma nova corrente de turismo para Orlando que deveria ser copiada para um desenvolvimento maior dos pólos turísticos nacionais, com preços que pudessem concorrer com Disneyworld e Epcot Center.

Uma passagem para Miami só custa Cr\$ 300 mil a mais do que a ida a Manaus. A diferença, porém, fica mais acentuada diante dos preços da rede hoteleira norte-americana, bem mais razoável do que o custo de um bom hotel no Norte ou Nordeste. Em Miami um hotel de categoria custa, na alta estação, entre US\$ 15 a US\$ 20 (Cr\$ 90 mil a 120 mil), ao passo que no Brasil esses preços estão ao redor de US\$ 100 a US\$ 150, afirma o Presidente da ABAV, que lembra ainda que reservar um hotel no Rio de Janeiro para a época do carnaval só é possível para uma estada de dez dias.

Essa situação é o resultado da falta de sintonia entre os parceiros do setor de turismo, de acordo com Mastroiosa. A distorção na área, que torna mais atraente viagens para o exterior, não é nova, analisam os especialistas do mercado. O problema não é evitar a evasão de turistas, porém, tornar o turismo interno mais competitivo, movimentando os recursos destinados ao lazer no próprio País, aumentando a taxa de ocupação dos assentos nos aviões, diminuindo a ociosidade da rede hoteleira, gerando empregos e reaquecendo a economia.

Há muitos brasileiros transformando seus cruzeiros em dólares para as viagens ao exterior. A média diária que o turista gasta fora do País é de US\$ 58,42 (cerca de Cr\$ 360 mil) por dia, segundo levantamento da EMBRATUR. É bom lembrar, porém, que tem sido grande o movimento de turistas no sentido inverso, do exterior para o Brasil, respondendo às campanhas de divulgação da estatal. O turista estrangeiro deixa no País uma quantidade maior de dólares por dia do que os brasileiros no exterior. Segundo os levantamentos da entidade, a média diária é de US\$ 68,54. Em 1984 os números oficiais — o que não corresponde ao movimento real de recursos uma vez que não leva em conta a moeda norte-americana trocada no mercado paralelo — revelam a entrada de US\$ 1,5 bilhão no País e a saída de US\$ 938 mi-

lhões. O saldo que ficou no Brasil foi, portanto, de US\$ 573 milhões.

O Mercado Interno

Durante este ano a VARIG/CRUZEIRO vem dominando 38% do mercado nacional, ficando 39% com a VASP e 23% com a TRANSBRASIL. Essas fatias do mercado de cada empresa aérea são fundamentais para acompanhar a tendência do movimento de cada uma delas durante esse mês de férias. Segundo informações da TRANSBRASIL, sua taxa de ocupação de assentos neste início de mês indica 100% da utilização (calculados a partir do lugar de origem dos voos) nas linhas que saem de São Paulo e Rio de Janeiro e de 80% nas rotas em direção ao Sul do País. Fonte categorizada do setor informa, porém, que esse índice, se calculado usando os mesmos critérios das outras companhias (ocupação por quilômetro) não vai além dos 64%.

Partindo de São Paulo, a TRANSBRASIL tem 4 voos semanais para a região Norte, 10 para o Nordeste e 6 para o Sul. Partindo do Rio de Janeiro, 4 voos para o Norte, 8 para o Nordeste e 6 para o Sul.

Para o exterior a TRANSBRASIL vai realizar 5 charters para Orlando em aviões 767 com capacidade para 210 passageiros — e 8 fretamentos para Freeport, nas Bahamas, realizados com o mesmo tipo de avião, o 767, também chamado de *Wide Boeing*, além dos seus voos regulares.

A VARIG, que aumentou em 4% seu número de voos com relação a 84,4% abaixo de suas expectativas com relação ao mercado interno. Sua taxa de ocupação de assentos durante os 10 primeiros dias de julho atinge 68% da oferta. Há, porém, uma informação importante que explicaria o desempenho da empresa dirigida por Omar Fontana. Em julho a maioria das viagens de turismo é feita através de pacotes e a TRANSBRASIL tem um trabalho maior junto às operadoras e agências participando mais ativamente do turismo coletivo. Outro fator a favor da TRANSBRASIL, segundo Márcio Stefani, seu assessor de imprensa, é a preferência do público pelo Boeing 767.

A VARIG apresenta este ano um movimento entre 4 e 5% superior do que o mesmo período no ano passado. Esse, porém, não é um crescimento real uma vez que a empresa também ampliou, nesse período, seu número de voos. Não há nenhum voo extra programado para o Norte ou Nordeste, contrastando com 1984, em que foram charters diários, para Salvador, Recife e Maceió. No começo do ano a empresa também iniciou um voo semanal para Manaus, contando com um bom aproveitamento durante este mês de férias, o que, efetivamente, não aconteceu. Para Belém do Pará, a ocupação continua no mesmo nível da baixa temporada, informa ainda a companhia.

O quadro do desempenho nos voos domésticos não é dos mais otimistas em função do aumento de 34,17% nas tarifas e extinção do BTI, que representam um acréscimo real acumulado no aumento das passagens de 74,17%. Para o exterior, ao contrário, a performance durante o mês de julho é plenamente satisfatória. A VARIG prevê 30 voos extras para Estados Unidos e Europa, numa proporção de 2 e 1 favorável aos Estados Unidos.

As tarifas proporcionais BTI, que eram responsáveis por 21% das vendas domésticas da VARIG, caíram, nos primeiros dias deste mês, para 5 a 6% do total das vendas e função da proibição do DAC da utilização dessa tarifa, por parte dos agentes de viagens. Extra-oficialmente, porém, algumas agências estão voltando a utilizar essa tarifa, em um esforço para tentar reverter a posição das autoridades.

O aproveitamento da VASP neste início de mês de julho indica uma ocupação de cerca de 70% dos assentos nos voos para o Nordeste e de 60% para a região Norte e Sul. Sua oferta de voos, medida pela empresa em segmentos, uma vez que o mesmo voo para o Nordeste, por exemplo, cobre várias destinações, indica, partindo de São Paulo, 214 segmentos semanais para o Nordeste, 80 para o Norte e 40 para o Sul. Partindo do Rio de Janeiro são 150 segmentos para o Nordeste, 50 para o Norte e 30 para o Sul. Não há dificuldade de se conseguir lugares nos voos internos durante a semana. Nas sextas e sábados, porém, os lugares já estão todos reservados durante as férias.

O desempenho da empresa com relação aos fretamentos para o exterior indica ótimos resultados neste mês. Estão previstos, somente durante as férias, 17 voos para Orlando, o que aponta para uma frequência em dias alternados. Durante todo o ano passado, a VASP só realizou 9 voos para esse destino. Trinta voos charters a Bariloche também estão programados para este mês, além dos voos de rota normal, semanais, que a empresa mantém para Curaçao, Aruba e Miami.

Com relação às empresas aéreas estrangeiras sediadas no Brasil, o cálculo de turistas brasileiros saindo para o exterior fica prejudicado, uma vez que elas só detêm os números totais de passageiros, sem discriminação para os executivos em viagem de negócios ou mesmo turistas do exterior que voltam para seus países de origem.

A Pan American Airways, que durante a baixa estação registra uma média diária de 70 passageiros para os Estados Unidos, prevê um aumento nessa taxa diária, atingindo a média 120 passageiros por dia. Serão 3.600 pessoas, segundo informou a empresa, em um cálculo extremamente conservador, voando pela Pan American para os Estados Unidos 60% deles com destino a Miami e 40% indo para Nova Iorque. Fora dos meses de férias, cerca de metade dos passageiros se destina a Nova Iorque, e metade a Miami.

A Lufthansa também informa que seus voos estão lotados até 20 de julho com destino à Alemanha. Durante a primeira semana seus quatro voos semanais decolaram com os 220 assentos tomados. As rotas, porém, têm origem em Buenos Aires ou Santiago, ficando os turistas brasileiros com uma porcentagem de ocupação de cerca de 50% dos assentos.

A Alitalia prevê um embarque de 2.500 passageiros para a Itália neste mês. Número total inferior a fevereiro deste ano, quando 2.713 pessoas partiram do Brasil com destino a esse pedaço da Europa.

Demanda reprimida

Depois dos últimos anos de "vacas magras", em consequência da crise econômica no País, do arrocho salarial, o turismo interno e para o exterior foi decrescendo anualmente. Em 1983 o movimento foi 23% menor do que em 1982, conta Shigeaki Eguti, gerente de Planejamento e Marketing do Grupo Goiaci. Ele acredita que o aumento das viagens ao estrangeiro neste mês de julho não indique uma subida além de 12% com relação a 1984, o que não é um número significativo, segundo ele, se levarmos em conta o crescimento vegetativo da população, acompanhado pelo aumento da oferta de assentos, além da demanda reprimida durante estes anos de diminuição de renda da classe média.

O otimismo com que a população ou os próprios agentes de viagem estavam vendo a possibilidade de recuperação econômica brasileira é um dado importante que funcionou como elemento catalisador do aumento da movimentação de turistas durante este ano. Se o otimismo ainda persiste ou se, pelo contrário, perdendo a confiança, o turista reage à baixa remuneração das cadernetas de poupança e dos papéis e títulos do sistema financeiro, o resultado é que, mesmo antes de que possa haver uma retomada do poder aquisitivo, o turismo começa a dar sinais de recuperação, raciocina Shigeaki Eguti.

Com relação ao deslocamento da demanda para o exterior, Eguti lembra que essa não é uma distorção recente no mercado brasileiro. A necessidade de as empresas obterem dólares para pagar seus financiamentos no exterior, aliada às altas tarifas anti-econômicas e a manutenção de tarifas baixas reforça esse quadro. A demanda reprimida, no entanto, é suficiente para alimentar tanto o turismo doméstico quanto o internacional, conclui o gerente de marketing e ex-secretário da ABAV.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Fernandes.

O SR. JOSÉ FERNANDES (PDS — AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Temos como finalidade fazer um apelo ao Ministro da Previdência Social Waldir Pires. Eis que S. Ex.^a prometeu atender reivindicação dos servidores daquela Pasta, no sentido de conceder-lhes cerca de 20% de reposição salarial ou abono.

Se S. Ex.^a tinha dúvida quanto a essa possibilidade não deveria ter anunciado, mas se realmente está seguro, se tem certeza de que a sua Pasta, inclusive, é superavitária, como anunciou ao dizer que tinha recursos para fazer essa concessão e ainda acrescentou a condição de que em assim não ocorrendo renunciaria o seu cargo de Ministro, então o Ministro Waldir Pires deve cumprir a sua palavra ou renunciar, porque ainda não desceu dos palanques e Ministro não é, mas apenas mais um orador nos palanques que ainda estão armados para dar sustentação à Aliança Democrática e à Velha Nova República.

Agora, se o Ministro Waldir Pires tem certeza, realmente, de que dispõe de recursos e não concorda com a pretensão do Governo de cercear um pouco mais de remuneração dos ilustres servidores da Previdência Social deve, também, tomar uma medida em relação ao governo que serve.

Mas, se assim não for, temos que admitir duas coisas: ou o Ministro Waldir Pires não tem conhecimento da sua Pasta e aí descamba, escorrega para a área de incompetência, porque se um Ministro não sabe realmente em quanto anda as finanças do seu Ministério, é necessário que esse Ministro faça uma reciclagem e admita que, ou não assumiu o Ministério, ou está bastante desinformado para, então, renunciar àquele cargo. Agora, assim não sendo, se S. Ex.^a está certo de que dispõe de recursos, deve tomar medidas energéticas e exigir de parte do Governo o cumprimento da promessa que fez, sob pena de constatar-mos que o Ministro Waldir Pires ou é incompetente, ou simplesmente continua fazendo demagogia para iludir aqueles que estão sob o seu comando.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Stélio Dias.

O SR. STÉLIO DIAS (PFL — ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O objetivo de nosso pronunciamento, hoje, nesta manhã, é registrar, com muita satisfação para esta Casa, para nós e creio que para toda a Nação o sucesso e o êxito da missão e da visita do Senhor Presidente da República José Sarney ao Uruguai.

Mais do que a apreciação da imprensa nacional, mais do que a apreciação da imprensa uruguaia, mais do que o carinho com que foi recebida toda a delegação, está a posição firme do Governo brasileiro através dos acordos que assinou, através da presença que se instalou no governo uruguaio e, também, pelo brilhante pronunciamento feito na Assembléia uruguaia.

Portanto, Sr. Presidente, nossas congratulações ao ilustre Presidente José Sarney pela vigorosa posição adotada e pelo êxito da sua visita ao nobre país Uruguai.

Gostaria, nesta hora de também comunicar a esta Casa que encaminhamos ao Presidente José Sarney, ao Ministro Fernando Lyra, ao próprio Presidente desta Casa, uma solicitação, uma reivindicação, um apelo, no sentido de que nas eleições do próximo dia 15 de novembro se faça, aproveitando todo aquele universo de eleitores que vão comparecer às urnas e que poderão ser em mais de 40%, desde já, um recadastramento dos eleitores que comparecerão às urnas no dia 15 de novembro. Isto facilitará o Tribunal Superior Eleitoral a processar essa eleição, facilitará enormemente ao Tribunal Regional Eleitoral, evitará a duplicação de meios para fins idênticos e, de certa forma, vai abolir aquilo que é crítica em todos os lugares, principalmente na Região Nordeste, sobre os eleitores fantasmas.

Sr. Presidente, fazemos este apelo ao Senhor Presidente José Sarney, ao Sr. Ministro da Justiça para que, aproveitando as eleições de 15 de novembro, se processe, desde já, o recadastramento dos eleitores de todos os rincões deste País, que vão comparecer para as eleições nas capitais, para as eleições nas áreas de segurança nacional e, também, nas áreas ligadas ao turismo e às estâncias hidrominerais.

De forma que, Sr. Presidente, é este o apelo que fazemos nesta manhã, fazendo também o registro especial da visita do Presidente José Sarney ao Uruguai. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Dias, último orador inscrito para o período de breves comuni-

cações que dispõe de 2 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. FRANCISCO DIAS (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Um dos problemas que mais tem chamado a atenção de estudiosos e preocupado diversos setores da administração pública, refere-se ao tratamento que deve ser dado ao problema do menor e, muito especialmente, o atendimento a ser prestado ao menor carente e abandonado, internado em estabelecimentos públicos e privados.

A tutela, como no caso em espécie, tem sido objeto de estudo do eminente procurador de justiça do Estado de São Paulo, Doutor Roberto João Elias, conforme se pode verificar em sua brilhante tese "Espécies de Tutela Civil e Sua Finalidade Tuitiva no Direito Brasileiro", com a qual obteve o título de Mestre em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Concedor do assunto, o ilustre e culto procurador paulista apresentou no 6º Congresso Nacional do Ministério Público, realizado em São Paulo, de 26 a 29 de junho passado, a tese "A Nomeação de Tutor na Tutela Civil Estatal", tema esse desenvolvido pelo autor na citada tese de mestrado defendida na USP.

A tese apresentada naquele conclave foi aprovada por unanimidade e propõe o acréscimo de parágrafos ao artigo 26 do Código de Menores (Lei nº 6.697/79), buscando, com a alteração proposta, o aperfeiçoamento do atendimento ao menor carente.

Pela importância e relevância da tese do Doutor Roberto João Elias, aprovada pelo 6º Congresso Nacional do Ministério Público, e pelos valiosos subsídios que contém, pedimos a sua transcrição nos Anais desta Casa:

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. FRANCISCO DIAS EM SEU DISCURSO:

A NOMEAÇÃO DE TUTOR NA TUTELA CIVIL ESTATAL

Roberto João Elias Procurador de Justiça

Tese aprovada por unanimidade, 6º Congresso Nacional do Ministério Público, realizado em São Paulo, de 26 a 29 de junho de 1985.

I — Introdução

A tutela é um instituto milenar, existente desde a Grécia Antiga, tendo se desenvolvido plenamente em Roma. Entretanto, no início, visava a preservação do patrimônio do incapaz, face à expectativa de sucessão. Hoje, o objetivo precípua é garantir o bem-estar do pupilo. Pode-se definir a tutela como o poder conferido a uma pessoa capaz, para reger a pessoa de um incapaz e administrar seus bens.

A tutela é um poder que imita em grande parte o pátrio poder. O instituto visa, na verdade, substituir o pátrio poder, constituindo-se em sucedâneo do mesmo. Assim, se o pátrio poder surge ou ressurgir, com a adoção ou com o reconhecimento do filho ilegítimo, ela desaparece, posto que, o pátrio poder é o mais natural e o melhor meio de proteção.

A tutela é um encargo pessoal, posto que, caso o tutor faleça ou, por qualquer motivo se ache impossibilitado de exercer o cargo, ela não passa a herdeiros. Assim, somente o tutor se obriga e tem o direito de velar pelo menor e administrar-lhe os bens.

A função tutelar, em nosso Direito, é exclusiva, não podendo coexistir dois ou mais tutores permanentes.

II — A Tutela do Estado

No que se refere ao menor em situação irregular, há duas espécies de tutela. Na primeira, quando há quem se interesse pelo menor, este será nomeado tutor, conforme o artigo 26 do Código de Menores, aplicando-se o disposto nos artigos 406 a 445 do Código Civil. Todavia, não havendo quem queira tutelar o menor, por força do artigo 412 do C. Civil, este será tutelado pelo próprio Estado, sendo internado em estabelecimento público ou privado.

Ocorre que o Legislador não disciplinou convenientemente a tutela do menor em situação irregular, nos casos em que o Estado a assume.

Não há ninguém que, pessoalmente, responda pelo menor.

Entendemos que a matéria deve ser melhor disciplinada, incumbindo-se pessoas determinadas para exercer o cargo, com os deveres inerentes ao tutor, independentemente de ter o menor sob sua guarda.

Há vários exemplos no sistema tutelar de outros países, que podem ser seguidos, preenchendo a lacuna existente.

III — Direito Alienígena

Algumas legislações, quando tratam da tutela do menor em situação irregular, cuidam da nomeação de um tutor, para acompanhar o desenvolvimento do tutelado, o que se nos afigura conveniente.

1 — **Direito Italiano:** Conforme o artigo 354, do Código Civil, a tutela dos menores que não têm parentes em seu domicílio pode ser confiada a uma entidade assistencial, no local onde o menor reside, ou ao asilo em que esteja recolhido. É denominada tutela assistencial. A administração da entidade deverá encarregar um de seus próprios membros para o exercício da tutoria. Pode, contudo, o juiz nomear tutor, quando a natureza dos bens ou outras circunstâncias o exigirem.

2 — **Direito Francês.** Conforme o artigo 433, do Código Civil, no caso em que a tutela permanece vacante, o juiz de tutelados a defere ao Estado. É denominada tutela do Estado, de concepção pública, sendo o tutor uma autoridade administrativa. A tutela estatal também ocorre com os denominados pupilos do Estado, instituto que teve origem na Lei de 22 de junho de 1904 sobre as crianças assistidas. Esta é regulamentada pelo Código de Família e Ajuda Social (Decreto de 24 de janeiro de 1956). No caso de tutela estatal, por força do artigo 433 do C. Civil, sua organização e funcionamento são regulados por um decreto de 6 de novembro de 1974. A tutela pode ser confiada ao prefeito, que a delega ao diretor do departamento de ação sanitária e social. Caso se trate de menor colocado em um estabelecimento público de educação, a tutela pode ser confiada a um diretor do estabelecimento. A tutela também pode ser confiada a um notário.

3 — **Direito Português.** O Código Civil, no artigo 1º 962, trata da tutela assistencial. Quando inexistir pessoa em condições de exercer a tutela, o menor será confiado à assistência pública, exercendo as funções de tutor o diretor do estabelecimento público ou particular onde tenha sido internado. Como se observa, é nomeado um indivíduo, para exercer as funções de tutor, o que se nos afigura correto, pois o mesmo se responsabilizará pessoalmente pelo pupilo.

4 — **Direito Mexicano.** Os menores expostos são colocados sob tutela da pessoa que o tenha acolhido ou, se internados em estabelecimentos de beneficência, ficarão sob a tutela dos diretores de referidos estabelecimentos (artigos 492/493, do C. Civil). Conforme se verifica, há uma pessoa responsável pelo menor, o que certamente contribuirá para que o mesmo seja devidamente orientado em todos os sentidos. O pupilo deverá ser encaminhado a uma carreira ou profissão, sob responsabilidade do tutor.

IV — A nomeação de tutor

Entendemos, portanto, que a lei deve ser reformulada, a fim de que o menor, posto sob tutela estatal, tenha um tutor determinado pelo magistrado, na própria sentença de tutela.

Na trilha de que uma das características da tutela é sua função exclusiva, entendemos que, a exemplo do que ocorre em outras legislações, deve-se definir o tutor em casos de tutela estatal.

Parece-nos que é de suma importância se responsabilizar pessoalmente alguém pelo pupilo. Esta responsabilidade pessoal concorrerá, sem dúvida, para que melhor se cumpra o desiderato do instituto, que é a proteção do incapaz.

Deve-se observar, ademais, que sendo a tutela um sucedâneo do pátrio poder, alguém deve ser o detentor do poder atribuído ao tutor, em substituição àquele.

Em casos de estabelecimentos próprios para internação de menores tutelados pelo Estado, não nos parece conveniente encarregar o próprio diretor para exercer o cargo. Convém, a nosso ver, que o tutor não seja sobrecarregado com mais de dez tutelas, a fim de poder exercer o cargo com eficiência.

Em entidades que recebem centenas de menores, parece-nos conveniente que se distribua entre os vários diretores a tarefa. Pode-se, também, confiá-la a comissários de menores.

Em todos os casos, deve-se ouvir o Ministério Público sobre a nomeação de tutor.

O tutor, ao assumir o compromisso de fielmente exercer o cargo, deve ser alertado de sua responsabilidade para com o menor, pelo Magistrado, presente o representante do Ministério Público.

Por outro lado, o tutor deve zelar para que o menor receba a educação e a profissionalização necessária, conforme preceitua o artigo 9º, § 2º, do Código de Menores. Deverá apresentar relatório sobre o menor, a cada seis meses e, como representante legal, a qualquer momento, peticionar a favor do pupilo.

Enfim, o menor posto sob tutela estatal, não deve ser visto apenas como um número na grande multidão. Há de se nomear alguém, que tenha com o mesmo um relacionamento estreito e mesmo afetivo, orientando-o como se fosse seu filho.

V — Conclusão

Ante o exposto, concluímos que:

1 — É imprescindível a nomeação de uma pessoa determinada, para ser o tutor do menor posto sob tutela estatal;

2 — Deve-se, portanto, reformular a lei, especialmente o artigo 26 do Código de Menores (Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979), acrescentando-lhe parágrafos, disciplinando a matéria;

3 — Propomos que o disposto no atual parágrafo único do artigo 26, passe a ser o § 1º;

4 — Propomos que se acrescente o § 2º, com a seguinte redação: "quando o Estado assumir a tutela, pela falta de interessados, o juiz, na sentença, nomeará uma pessoa física para exercer as funções de tutor";

5 — Propomos que se acrescente o § 3º, com a seguinte redação: "no caso de tutela estatal, não há o dever de guarda, pois o menor ficará internado em estabelecimentos apropriados, públicos ou privados, conforme determinação judicial";

6 — Propomos que se acrescente o § 4º, com a seguinte redação: "o tutor deverá diligenciar no sentido de que o menor receba toda a assistência necessária, especialmente a escolarização e a profissionalização, devendo, a cada seis meses, enviar relatório ao juiz da tutela";

7 — Propomos que se acrescente o § 5º, com a seguinte redação: "ao tutor, na tutela estatal, caberá a representação ou assistência legal do pupilo e, ao Estado, prestar a assistência material";

8 — Propomos que se acrescente o § 6º, com a seguinte redação: "no caso de tutela estatal, o tutor poderá, no máximo, exercer dez tutorias";

9 — Propomos que se acrescente o § 7º, com a seguinte redação: "o tutor será nomeado a critério do juiz, ouvido o Ministério Público, podendo a escolha recair em diretores de estabelecimentos públicos ou privados, comissários de menores ou outras pessoas interessadas";

10 — Propomos que se acrescente o § 8º, com a seguinte redação: "o tutor prestará compromisso perante o juiz, presente o Ministério Público, sendo inteirado de sua responsabilidade para com o tutelado".

BIBLIOGRAFIA

1 — Clóvis Bevilacqua — Direito de Família — RJ. Liv. Freitas Bastos, 1938.

2 — Rafael Brunetti — Patria Potestà e Tutela Nella Giurisprudenza, Padova, CEDAM, 1970.

3 — L. Rodrigues Bustamante Arias — La Tutela, Barcelona, BOSCH, Casa Ed. 1954.

4 — Francisco Pereira de Bulhões Carvalho — Direito do Menor, RJ, Forense, 1977.

5 — Jean Carbonier — Droit Civil 2 — La Famille, Les Incapacités — Paris — Presses Universitaires de France, 1972.

6 — Alyrio Cavallieri — Direito do Menor, RJ, Forense, 1977.

7 — Correia e Sciascia — Manual de Direito Romano — SP. Saraiva 1955.

8 — Luiz Cunha Gonçalves — Tratado de Direito Civil, Vol. II, Tomo II, SP, Max Limonad.

9 — Aldo Dell'Oro — Tutela Dei Minori—Bologna, Nicola Zanichelli, Ed., 1968.

10 — Orlando Gomes — Direito de Família — RJ, Forense, 1981.

11 — Antonio de Ibarrola — Derecho de Familia — México, Ed. Porrúa, 1978.

12 — Robert Jacob — La Minorité — Liege — Faculté de Droit, 1978.

13 — Rubens Limongi França — Manual de Direito Civil, 2º Vol. Tomo I, SP, Ed. Revista dos Tribunais, 1972.

14 — Adriano Marrey — Menores, SP, Associação Paulista de Magistrados, 1980.

15 — Marty et Reyraud — Droit Civil, Les Personnes, Paris, Syre, 1976.

16 — Jean, Henri et Léon Mazeaud — Leçons de Droit Civil — Tome Premier — Troisième Vol — Paris, Ed. Domat Montchrestien, 1976.

17 — Washington de Barros Monteiro — Curso de Direito Civil, 2º vol, SP, Saraiva, 1968.

18 — Walter Moraes — Programa de Direito do Menor, SP, Ed. Rev. dos Tribunais, 1983.

19 — Sílvio Rodrigues — Direito Civil, Vol. 6 — Direito de Família, SP, Saraiva, 1981.

20 — Giuseppe Tamburrino-Lineamenti Del Nuovo Diritto Di Famiglia—Italiano Torino, Unione Tipe., Editrice, 1978.

21 — Torrente e Schlesinger — Manuale Di Diritto Privato, Milano — Giuffrè, 1981.

22 — Alberto Trabucchi — Istituzioni de Diritto Civile, Padova, CEDAM, 1977.

23 — Arnaldo Wald—Direito de Família, SP, Ed. Rev. dos Tribunais, 1981.

24 — Weill et Terré — Droit Civil, Les Personnes. Les Incapacités Paris, Dalloz, 1978.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Encerrado o período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Celso Peçanha, como Líder do PFL.

O SR. CELSO PEÇANHA (PFL — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A visita que o Presidente do Brasil fez ao Uruguai tem um alto significado para a diplomacia de nosso País. Ela se reveste de importância, primeiro porque foi o primeiro país a ser visitado pelo Presidente José Sarney e, depois, a comitiva presidencial teve no seu bojo elementos que integram os três Poderes do País. Lá, ao lado do Presidente Sarney, estavam o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro José Carlos Moreira Alves, e o Presidente do Congresso Nacional, o Senador José Frágelli.

Creio que aquela nação amiga e vizinha se sentiu confortada depois de um longo período de sofrimento. A nação uruguaia era para o Brasil, há cerca de um decênio, o espelho da democracia. Ali a democracia se vivificava: os três Poderes funcionando e o povo trabalhando sob a égide da liberdade. Depois, como aconteceu com o Brasil e outras nações da América do Sul, o império do arbítrio se abateu sobre o povo, sufocando as suas liberdades e cerceando por completo o seu pensamento. Quantas vezes o Parlamento brasileiro se pronunciou pedindo para que retornasse aquela Nação à democracia! Agasalhamos vários líderes uruguaios dando-lhes guarida e incentivo para a luta que eles travavam. Agora o Uruguai é uma nação democrática. É verdade, afirmam os jornais, que ainda não se complementou a democracia naquela nação.

Quando o Presidente José Sarney tomou posse, aqui esteve uma representação do Uruguai sob a chefia do Presidente Júlio Maria Sanguinetti. Os parlamentares brasileiros tiveram oportunidade de conversar com aquele homem público e sentir a firmeza do seu pensamento, o seu idealismo voltado para a reconstrução nacional.

Sr. Presidente, a passagem do Presidente José Sarney por aquela nação há de, por certo, deixar um rastro luminoso, porque semeou a boa semente, pregou o ideal

democrático e disse do desejo que o Brasil tem de colaborar com a nação amiga. Li todos os pronunciamentos presidenciais e todos eles refletiam o imenso desejo da Nação brasileira em ver o Uruguai fortalecido e, como de resto pregou o Presidente Sarney, o fortalecimento da América do Sul para, sob um novo posicionamento em face da dívida externa, tomarmos uma posição de destaque na comunidade universal. Os pronunciamentos do nosso Presidente espelharam, traduziram o sentimento do povo brasileiro.

Levou o Presidente Sarney consigo, além de líderes de todos os Partidos e Presidentes de todas as agremiações, o Presidente do Partido Democrático Social, o eminente Senador Amaral Peixoto. Foi a demonstração de que toda a Nação brasileira, o universo inteiro do Brasil estava voltado para o ponto inicial, para a partida do Uruguai para uma nova política democrática.

Sr. Presidente, a fala do nosso Presidente na Assembleia Geral do Uruguai teve significação e repercussão na imprensa do Brasil. Ela foi, na verdade, uma radiografia da situação da América do Sul e traduziu o pensamento do povo brasileiro com referência à miséria e à pobreza. Quantas vezes, daqui desta tribuna, parlamentares do Brasil têm procurado empurrar esta Nação para a frente, dando-lhe impulso para que possa devorar o grande gigante que a atormenta, que é a pobreza do nosso povo!

O Presidente Sarney sentenciou, como parlamentar que foi durante 30 anos, que os monstros da inflação, da recessão e do retrocesso são como dragões de fogo que ameaçam o caminho do futuro. Ele disse que ameaçam sobretudo a democracia.

Não sei, Sr. Presidente, como manter-se uma democracia com taxas tão altas de inflação. É o povo que sofre. A Nação não cresce. Gera desemprego e conduz toda a nossa gente ao desânimo. Diz o povo: O que eu ganho é consumido imediatamente. Espalha, também, a inflação a desconfiança, corrói, na verdade, o organismo nacional, porque pululam os aventureiros que crescem na inflação como monstros a devorar o organismo nacional. Não trabalham e sugam o sangue do povo. Daí, Sr. Presidente, a calúnia contra o poder civil, contra os políticos, e especialmente a calúnia contra os que trabalham e lutam pelo povo.

Creio que o Presidente Sarney, com esta sua visita ao Uruguai, revelou a todo o País, àqueles descrentes, e são poucos, revelou que a Nação tem à sua frente um homem de pulso, de experiência e vivência na batalha democrática e há de conduzi-la para novos rumos, os rumos certos e seguros da defesa da democracia, para a felicidade do nosso povo.

Sr. Presidente, ao concluir eu quero, em nome do meu partido dar conhecimento do discurso, do pronunciamento do Presidente Sarney na Assembleia Geral do Uruguai, vasado nos seguintes termos que passo a ler:

Pronunciamento

SARNEY CRITICA PROTECIONISMO

Esta é a íntegra do discurso pronunciado ontem pelo Presidente José Sarney na Assembleia Geral do Uruguai:

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República e Presidente da Assembleia Geral, doutor Enrique Tarigo, excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Representantes, doutor Antônio Marchezano, excelentíssimos senhores senadores e deputados, senhoras e senhores,

Como Presidente da República, pela primeira vez viajo ao exterior. Visito o Uruguai. Há trinta anos, membro do Parlamento, que é a minha casa de formação política, volto hoje à tribuna parlamentar, como Presidente, mas tendo na vida, na memória, nas palavras e no destino os anos de deputado e senador, os debates, os apartes, os projetos e as emendas.

Dentro dos parlamentos está a maior escola de vida pública. Aqui aprendemos a trabalhar por todos. Lutamos para fazer leis que melhores a sociedade, obras que jamais desfrutaremos, porque se destinam para as nossas cidades. Escolas onde não estudaremos, estradas onde jamais transitaremos, energia na qual não acenderemos

uma lâmpada. Discursos têm a vertigem de um instante, porque se apagam quando os fatos se apagam.

A glória parlamentar vive de instantes. De um aparte, de uma lei, de um momento grave em que a nossa participação evita catástrofes. É uma escola de vida. Onde aprendemos a respeitar a opinião dos outros, onde aprendemos que é possível que não estejamos certos, onde a humildade, a vaidade, o orgulho, o talento, o patriotismo e o desprendimento se mesclam. O Parlamento é o lugar onde a instituição é maior do que a soma de todos. É a base da democracia. Sem Parlamento não há democracia, sem democracia não há liberdade e sem liberdade o homem é apenas uma aspiração ao hedonismo.

O Parlamento é a casa do diálogo. Das soluções de consenso. As únicas que sobrevivem. Todas as soluções políticas impostas, quer pelas majorias, quer pelas minorias, tendem a uma deterioração que ao longo do tempo renova o problema, reacende os impasses e faz desembocar em catástrofes. Só os parlamentares costuram as soluções duradouras. Por isso eles representam a liberdade. Onde eles são vigorosos e forte sua voz, as instituições são fortes. Por isso mesmo eles são abominados pelos ditadores e pelos autoritários.

Minha homenagem, portanto, ao Parlamento do Uruguai, que, como o Parlamento do Brasil, tem suas feridas, mas eles são mais fortes e eternos do que os momentos de ocaso.

O Parlamento uruguaio é um instante de resistência permanente na história do País. Na defesa de seus interesses, de sua soberania, de suas liberdades.

Rendo minhas homenagens a Vossas Excelências, herdeiros dessa tradição.

Todos sabemos que vivemos um momento difícil de nossa história. Estamos atrasados na obrigação de colocar à disposição de nossos povos os instrumentos necessários ao seu bem-estar, à sua qualidade de vida. Todos estão com pressa de recuperar o passado; e o tempo não passa senão depois de o relógio correr as horas. É difícil esperar. Daí as dificuldades de todos nós homens públicos, acudados pela vontade infinita de mudança e abolição das injustiças e pelos limitados meios e tempo de poder fazer.

Desse conflito nasce nossa angústia. Que não é só dos que reivindicam, mas também nossa, oleiros das reivindicações. Liberdade, salários, justiça social, democracia, desenvolvimento e segurança são palavras que fazem parte da nossa tarefa cotidiana. Elas têm o significado do universo dos problemas com que lidamos, em busca de uma combinação adequada.

A liberdade não pode ser a filosofia do suicídio, e a segurança o caminho do homicídio.

As nossas perplexidades não são monopólio de nosso tempo. Elas existiram ao longo da história e fizeram o desespero de pensadores e líderes que tiveram de moldar instituições. Contudo, em nenhum tempo, como o nosso, tantos, em espaço tão pequeno como é o mundo dos satélites, puderam participar das contradições de todos os homens, ao mesmo tempo, em todos os lugares.

A nossa paisagem atual não é a de um mundo em transformação, mas a de um mundo transformado.

A crise da democracia não podia nunca ser debitada a seus valores, mas da realização imperfeita deles. Ela não podia ser julgada pelos que a traíram e corromperam, a conspiraram e a deformaram.

A América Latina vive um grande momento. A liberdade abriu suas asas sobre nossas pátrias, reacendeu suas luzes de esperança e espera tempos de tranquilidade e crescimento.

Temos como dragões de fogo ameaçando a estrada do futuro os monstros da inflação, da recessão e do retrocesso. A inflação tem ameaçado permanentemente a democracia na América Latina. Contra ela devemos estar vigilantes, porque ela não atinge o bolso, atinge a boca, corrói os salários, confisca o trabalho, ameaça a vida, traz a fome.

A recessão significa a abdicação do direito de crescer, gera o desemprego e conduz ao desânimo, espalha a desconfiança, corrói o governo, estimula os aventureiros de soluções impossíveis, criando um caldo onde só a demagogia resolve os problemas com milagres falsos. O retrocesso, monstro que sempre nos ameaça, jogando no nos-

so fracasso, calunando o poder civil como incapaz de gerir, débil em suas estruturas, divergente e dissoluto, astúcias de argumento para poder voltar, voltar para fracassar, num círculo vicioso que tem feito a triste história das nossas desilusões.

Tudo isso solapa a nossa soberania, debilita o nosso poder de entendimento, a nossa vontade de estarmos unidos, juntos, com um só ideal, com um só sentimento, o sentimento de latinidade que está no nosso sangue, na nossa vida, na nossa ambição.

A dívida externa aí está situada. Tenho dito e vou repetir. Não podemos pagar a dívida externa nem com a recessão, nem com o desemprego, nem com a fome, nem com a democracia. Precisamos crescer.

Precisamos criar uma nova ordem econômica internacional capaz de gerar momentos de prosperidade e novas perspectivas para nossos países. Precisamos criar cada vez mais vínculos de identidade e de solidariedade.

Precisamos reagir contra a baixa cada vez maior dos preços de nossos produtos exportáveis e as barreiras protecionistas que nos condenam a uma dependência vergonhosa e a paralisia e liquidação dos nossos parques produtivos. Precisamos ficar em defesa contra a elevação unilateral dos juros que nos punem sem remissão.

Enfim, precisamos da liberdade de encontrar desobstruídos os canais do livre comércio internacional. Exemplo dos reflexos dessa política temos nas relações com o Uruguai. Brasil e Uruguai foram obrigados a diminuir suas trocas, fazer o seu intercâmbio cair a níveis baixíssimos, para cumprir as obrigações de gerar saldos e superávits em nossas balanças comerciais. O nosso desejo seria como do nosso interesse intensificar cada vez mais o nosso comércio regional, por todos os motivos.

No plano internacional o Brasil irá buscar sua identidade esmaecida, pregando o que fazemos internamente. Buscar a solução pacífica dos conflitos, a não-intervenção, a paz mundial, a autodeterminação dos povos e a defesa intransigente de nossos interesses.

Com o Uruguai, pessoalmente, desejo estabelecer relações as mais estreitas. É um país extraordinário que ao longo de sua história afirmou os seus valores próprios, lutou por eles, viveu com eles e se impõe pela extraordinária força do seu povo.

Seus heróis, seus homens públicos, suas tradições, seus escritores e artistas, seu políticos criaram esta grande nação que, pequena em território, é imensa pelos seus valores. Para homenageá-la na casa do seu povo, eu aqui estou e aqui reverencio ao seu passado, ao seu presente, e saúdo com segura esperança o seu futuro. Sempre estaremos juntos. Em que o Brasil puder ajudar e contribuir para esse destino, eu direi: presente!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Concedo a palavra, como Líder do PDS, ao nobre Deputado Raul Bernardo.

O SR. RAUL BERNARDO (PDS — MG. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Ínúmeras têm sido as manifestações de servidores civis da União, dirigidas à Liderança do PDS nesta Casa, solicitando apoio quanto à extensão, ao pessoal de nível médio do Serviço Público Federal, da gratificação de 80% concedida aos de nível superior não beneficiados por gratificação de natureza semelhante.

Não é desconhecida de ninguém, neste País, e tampouco deste Deputado e de seu Partido, a situação desesperadora a que foram levados os servidores públicos civis, em razão da política salarial resultante das dificuldades econômicas que o País enfrentou ao longo dos últimos 21 anos, a ponto de seus salários estarem, hoje, defasados da realidade em um percentual gritante. Estudos feitos pelas Associações da classe e por outros setores interessados no problema têm demonstrado que, para voltar os servidores a gozar do poder aquisitivo de que dispunham em 1979, embora já reduzido pelos reajustes anteriores, teria sido necessário, em janeiro do corrente ano, uma complementação de 209% sobre o total obtido com a aplicação do Decreto-lei nº 2.204, de 27-12-84, que reajustou em 75% os salários da classe.

Tão difícil tem sido a situação dos servidores públicos civis que, enquanto as demais categorias de assalariados

protestavam contra os reajustes determinados pelo Governo através de lei, em percentual decrescente quanto ao salário mínimo em relação aos salários mais elevados, eles pediam a Deus que a medida, embora injusta, lhes fosse estendida.

A partir de janeiro do corrente ano, entretanto, parece que se iniciou uma nova fase na história salarial da categoria, com reajustes iguais ao INPC do semestre e com a adoção, ainda que informal, da semestralidade.

Falta, todavia, muita coisa a ser corrigida, a fim de que essa tão prejudicada classe de trabalhadores tenha seu poder aquisitivo melhorado.

Em razão de uma política salarial sem qualquer princípio lógico, porque mal formulada e mal aplicada, o Governo anterior, mais do que os outros, decidiu atenuar as dificuldades dos servidores, concedendo gratificações, as mais variadas, a diversas Categorias Funcionais, na conformidade de seu poder de pressão e de sua representatividade. E foi assim que, além de outras, concedeu aos servidores de nível superior, em consequência de seus pequenos salários, a Gratificação de Atividade Técnico-Administrativa, na base de 80% do valor da Referência.

Enquanto isso ocorria com os servidores de nível superior, o mesmo Governo concedia aos de nível médio uma gratificação na base de 20% do salário da Referência, sob a denominação de Gratificação pelo Desempenho de Atividades de Apoio, hoje calculada sobre o valor da maior Referência da Categoria Funcional a que pertencer o servidor, segundo dispõe a Lei nº 7.333/85, o que lhe trouxe um maior benefício.

Na verdade, isso não é o bastante, tendo em vista os pequenos salários desses servidores, iniciados com a Referência NM-3, no valor de Cr\$363.547, pouco mais de um salário mínimo — e que será inferior a partir de novembro próximo, pois este alcançará, provavelmente, os Cr\$550.000, superior à Referência NM-12, e termina com a Referência NM-35, a que correspondem Cr\$1.697.800.

O que pretendem os servidores de nível médio, como medida de justiça, sem dúvida, é que lhes seja estendida a Gratificação de 80% devida aos servidores de nível superior ou lhes seja concedida outra vantagem equivalente, que os coloque na trilha da recuperação salarial, prometida enfaticamente pelo atual Governo.

É importante ressaltar que, embora os servidores de nível médio representem cerca de 75% do funcionalismo público civil da União e sejam responsáveis por um percentual correspondente, se não superior, das atividades públicas, a despesa com sua remuneração fica em aproximadamente 30% da folha de pagamento.

Sr. Presidente e

Srs. Congressistas:

Espero que o Governo Federal se sensibilize com a situação de seus servidores de nível médio e melhore seus salários, seja através do aumento da Gratificação pelo Desempenho de Atividades de Apoio de 20% para 80%, seja através de outra medida que lhes possibilite uma melhoria do poder aquisitivo, a cada dia menor, graças à voracidade da inflação.

Essa providência do Governo não pode ser retardada, porque a situação desses servidores é verdadeiramente desesperadora e eles não têm outra fonte de onde retirar recursos para o sustento da família. Se a meta maior do atual Governo é o **HOMEM**, que adote, de imediato, providências efetivas para tornar realidade o que ainda é promessa. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Collagrossi, como líder do PDT.

O SR. JOSÉ COLAGROSSI (PDT — RJ. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O PDT, hoje, foi surpreendido com uma notícia nos jornais de que o Supremo Tribunal Federal poderá adotar a eleição de dois turnos, ainda para as eleições que ocorrerão, agora, no dia 15 de novembro para as Prefeituras.

Isso nos causa uma surpresa muito grande, uma vez que o Tribunal irá decidir sobre matéria que esta Casa já decidiu. Será um verdadeiro conflito de Poder, uma vez que o assunto foi votado há poucos meses, tanto pela Câmara como pelo Senado e foi rejeitada a eleição de dois turnos. Portanto uma interpretação jurídica, agora, parece ao nosso Partido que seria um casuismo, uma vez que por mais nobre que seja o pensamento dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, eles vão trazer uma situação de constrangimento a esta Casa, porque interpretar de que se a Constituição fala de que no caso da Presidência da República já existem dois turnos, que a lei se cala no caso das Prefeituras dos Estados, é uma matéria que, ao ver do Partido Democrata Trabalhista, isso não tem sentido e gerará, perante toda a Nação, uma enorme surpresa de matéria que o País inteiro acompanhou a sua votação e que foi do conhecimento de todo o povo brasileiro. Vir, agora, uma interpretação de uma lei que modifique essa posição, que modifique a regra do jogo eleitoral, nos parece que é um desserviço à democracia deste País.

Fica, Sr. Presidente, portanto, aqui em nome da Liderança do Partido Democrata Trabalhista, a nossa preocupação de que essa matéria se vier a ser realmente adotada uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que ela deverá ser outra vez discutida por esta Casa, para que a vontade soberana dos Deputados e Senadores não seja modificada.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Concedo a palavra, como Líder do PTB, ao nobre Deputado Mendes Botelho.

O SR. MENDES BOTELHO (PTB — SP. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A classe trabalhadora da grande São Paulo, e acredito de um modo geral, recebeu com satisfação a proposta do Ministro dos Transportes, criando o vale-transporte, proposta essa cuja mensagem já foi assinada pelo Senhor Presidente da República e, que tenho certeza, será aprovada nesta Casa sem restrições.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, lamentamos profundamente que o Ministro dos Transportes, preocupado em resolver o problema do vale-transporte para a classe trabalhadora brasileira, ainda não tenha encontrado uma solução para o passe gratuito aos ferroviários da Rede Ferroviária Federal.

Os ferroviários da Rede Ferroviária Federal, até 1966, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, tinham direito ao passe gratuito nas ferrovias onde trabalhavam e, depois de aposentados, faziam jus ao passe com 75% de abatimento. Mas, lamentavelmente, em que pesem as reclamações deste Deputado e de outros Congressistas, o Ministro, até hoje, não encontrou uma solução para os ferroviários do seu próprio Ministério.

Queremos, também, nesta oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, reclamar por parte do Ministro dos Transportes, uma antiga reivindicação dos trabalhadores da grande São Paulo, que é o prolongamento do serviço de subúrbio até a cidade de Jundiaí.

No ano passado, a Rede Ferroviária Federal criou uma empresa, mais uma estatal, para sugar da classe trabalhadora brasileira, porque só foi aumentado o número de funcionários e não houve qualquer melhoria no serviço de subúrbio, separando-se apenas o transporte de subúrbio do transporte de carga. Criou-se a CBTU e, no programa inicial, estava prevista a extensão da linha de subúrbio da cidade de São Paulo até a cidade de Jundiaí, para servir os trabalhadores que residem naquela região.

Até agora, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, lamentavelmente, aquela proposta não foi, ainda, atendida pela Rede Ferroviária Federal.

Será que a Nova República está, realmente, preocupada com o interesse da classe trabalhadora?

Será que esta proposta do vale-transporte não é mais um engodo? Porque, pelo que estou vendo, o vale-transporte não é obrigatório; vai depender de negociação com a classe patronal e, por outro lado, o Sr. Ministro do Trabalho propõe o Projeto de Greve que não dá direito a todas as categorias, a conquistar, através da greve, as suas reivindicações.

Então, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, venho a esta tribuna para reiterar este apelo ao Sr. Ministro dos Transportes no sentido de abreviar os estudos, visando a extensão da linha de trens de subúrbio de São Paulo até Jundiaí. Essa reivindicação não pertence a este Deputado, mas pertence à classe trabalhadora que reside naquela região. É uma reivindicação que está sendo discutida nas câmaras municipais não só de Jundiaí, mas da cidade de Várzea Paulista, Campo Limpo Paulista e de toda aquela região servida pelos trens de subúrbio.

O Sr. Raul Bernardo — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MENDES BOTELHO — Ouço, com muito prazer, o aparte do nobre Líder do PDS, Raul Bernardo.

O Sr. Raul Bernardo — Nobre Líder Mendes Botelho, na eventual situação neste instante, neste plenário, como Líder do PDS, desejava unir-me à voz esclarecida de V. Exª, no tocante às reivindicações que formula dessa tribuna ao Sr. Ministro dos Transportes, relativamente ao setor ferroviário. V. Exª fez referência ao vale-transporte, matéria que será discutida pela Comissão Mista e pelo Plenário do Congresso Nacional. Em seguida, fez referência à necessidade premente — pois que constitui uma tradição ferroviária no âmbito de todas as estradas de ferro integrantes da Rede Ferroviária Federal S/A. — da instituição do passe gratuito aos ferroviários, o que vem desde priscas eras em que eu iniciava a minha atividade ferroviária em Minas Gerais, na Estrada de Ferro Central do Brasil, nos idos de 1953. Essa já era uma conquista dos ferroviários, hoje reivindicada novamente, e que não está encontrando guarida por parte do Governo Federal. Essa tradição de se premiar os ferroviários, especialmente os aposentados, com o passe gratuito, tem sido uma reivindicação reiterada ao atual Governo da Nova República que, infelizmente, ainda não acordou para a necessidade de estender esse prêmio novamente aos ferroviários do Brasil. No tocante à outra reivindicação de V. Exª, é referente à melhoria do transporte de subúrbios, em São Paulo, para que se estenda até a cidade de Jundiaí. Aí parabenizamos V. Exª, quando faz essa reivindicação, que é muito desejada não somente por aquele setor importante do transporte de subúrbio do nosso País, como também outras regiões do País, que aspiram melhoria no transporte de subúrbio. Parabenizo V. Exª no momento em que, como Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, usa a tribuna para fazer essas reivindicações ao Governo Federal, e uno a minha voz à voz autorizada de V. Exª.

O SR. MENDES BOTELHO — Ilustre Deputado Raul Bernardo, recebo com satisfação o aparte de V. Exª, porque assim como o Deputado V. Exª também pertence ao quadro de servidores da Rede Ferroviária Federal e conhece muito bem o problema do ferroviário.

Sei da luta de V. Exª nesta Casa em defesa dos interesses da nossa categoria. Como representante do povo mineiro, Estado do qual tenho a honra de também ser filho, fico muito satisfeito na condição de Presidente do Sindicato dos Ferroviários do Estado de São Paulo, saber que nesta Casa encontro um aliado como V. Exª. Portanto, que fique registrado nos Anais desta Casa os agradecimentos dos ferroviários de São Paulo e, tenho certeza, de todo o País, que irá somar uma voz à nossa voz em defesa dos seus interesses. Pois até então, ilustre Deputado Raul Bernardo, esperei que as soluções surgissem, porque era isso que nós estávamos esperando da Nova República, mas daqui para a frente, em todas as sessões desta Casa, quer do Congresso, quer da Câmara dos Deputados, havierei de levantar a nossa voz em defesa dos interesses da nossa categoria.

O Sr. José Mendonça de Moraes — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MENDES BOTELHO — Concedo a aparte a V. Exª, com satisfação.

O Sr. José Mendonça de Moraes — Estou ouvindo com muita atenção e anotando com muito interesse, as ponderações de todos os Deputados representantes de Partidos, como Líderes, e especialmente agora de V. Exª, quando traz à baila três assuntos importantes. Sei que como representante legítimo da classe dos servidores, dos ferroviários, V. Exª está no seu legítimo direito e sa-

grado dever de bem defender a classe que mandou V. Exª para este Congresso. Como Líder do Partido do Governo, devo dizer a V. Exª que também nós nos associamos a essas preocupações dos trabalhadores do Brasil inteiro. Este Governo que aí está, de quatro meses para cá, com muitas preocupações à frente, tem estudado com interesse, principalmente já demonstrado a ação para resolver o problema de transportes para os operários. O projeto Vale — Transporte não será um engodo, como V. Exª questiona. Será uma realidade. Vamos estudar friamente, com o sentimento necessário para encontrar a verdade e a justiça no equilíbrio social. Com referência à situação dos ferroviários devo dizer a V. Exª que esse passe foi, cortado, supresso, pelo Governo anterior, da Revolução, não pelo último Governo, mas pelos governos revolucionários. Sei que é um pleito, um desejo dos ferroviários, e até de justiça, terem os seus passes nas linhas onde trabalham garantidos. Devo dizer a V. Exª que após manter contato com o Sr. Ministro dos Transportes, a Liderança do PMDB trará a posição tanto do Ministério quanto do próprio Partido, para responder à preocupação de V. Exª e dos seus companheiros de trabalho. Quero ressaltar que V. Exª há de ver no nosso Partido um grande interesse, dentro da realidade de atender a solicitação dos nossos trabalhadores. É difícil, num início de Governo, como estamos enfrentando agora, encontrar soluções para tantos e tantos problemas de anos e anos seguidos, que até agora somente foram tratados com descaso, conforme foi feito pelo Governo anterior.

O SR. MENDES BOTELHO — Ilustre Deputado Mendonça, agradeço o aparte de V. Exª, porque também na condição de representante do povo de Minas Gerais, onde nós temos uma grande ferrovia da Rede, V. Exª também conhece perfeitamente essa grande reivindicação da classe ferroviária. O que nós lamentamos, ilustre Deputado Mendonça, é que tão logo tomou posse no Ministério dos Transportes, o Ministro Affonso Camargo, a nossa primeira preocupação foi colocar em suas mãos essa velha reivindicação dos ferroviários da Rede Ferroviária Federal, ao todo oitenta e cinco mil no Brasil, na ativa, e outro tanto de aposentados. Acontece que o Sr. Ministro, tão logo assumiu o Ministério, talvez querendo fazer média com a classe trabalhadora brasileira pensou na solução imediata do vale-transporte, quando deveria dar o bom exemplo, concedendo vale aos trabalhadores do seu próprio Ministério, que hoje para ter acesso às empresas em que trabalham têm que pagar a passagem. Então é preciso que primeiro resolvamos os problemas da nossa casa, para que depois passemos a resolver os da casa do vizinho.

Mas, Sr. Presidente, já que estamos contando com o apoio do Líder do PDS e do Líder do PMDB, não tenho a menor dúvida de que o Ministro Affonso Camargo irá atender à reivindicação dos ferroviários.

Mas, nós não podemos nos esquecer da outra reivindicação, que é a da classe trabalhadora que reside em Jundiaí, em Campo Limpo Paulista, Várzea Paulista e outras cidades vizinhas, com o prolongamento da linha do subúrbio, cuja estrutura já está toda montada, faltando apenas uma autorização do Ministro para que os trens do subúrbio cobrem a passagem no mesmo valor que hoje cobram de Paranapiacaba a Francisco Morato, e de Brás e Mogi das Cruzes, que cobrem o mesmo valor também até a cidade de Jundiaí, que está na Grande São Paulo, porque os trens já correm, mas o preço cobrado é bem superior, criando problemas não só para a Rede Ferroviária Federal na apuração desse preço, já que é cobrada uma nova passagem além do trecho subúrbio, como também está sacrificando ainda mais a classe trabalhadora.

A nossa esperança é que o Ministro resolva o problema e, se não resolver, daqui para a frente, como representante dos ferroviários, como engenheiro da Rede Ferroviária Federal que conhece os problemas daquela empresa, nós haveremos de levantar a nossa voz para defender os interesses da classe trabalhadora da Grande São Paulo. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS — Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Mendonça, como Líder do PMDB.

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS (PMDB — MG. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB — orgulha-se de ver se concretizando a ação democrática da Nova República, através do testemunho, da participação, da evidência e da postura do Senhor Presidente da República, ex-Deputado estadual, ex-Deputado Federal, ex-Senador, ex-Governador, Dr. José Sarney.

A atitude do Senhor Presidente da República anteontem, ontem e certamente hoje, no nosso vizinho e amigo país, o Uruguai, ressaltando a postura democrática que começa a se implantar no Cone Sul, onde a liberdade abre as suas asas e a democracia começa a pousar nesses países como fruto e consequência da liberdade, vem dizer a todos os brasileiros de todos os Partidos que é disto que o mundo precisa principalmente o País que nos deu um berço para nascimento que é o nosso Brasil.

As visitas oficiais hoje caracterizam-se por serem representativas não de um partido no poder, mas de toda a Nação, haja vista sob a integração da comitiva que acompanhou o Senhor Presidente da República nesta primeira visita que faz agora ao Uruguai, onde todos os poderes foram representados, onde todos os Partidos integram aquela comissão, principalmente do PDS.

Isso vem nos revelar que há uma nova postura na Nação, porque a Nação pode se revelar através dos seus homens, mas principalmente através do seu Presidente. A postura do Presidente Sarney nos encanta, nos deixa tranquilos quanto a uma mudança que se evidencia através do comportamento dos homens públicos.

O discurso do Líder do PFL, Celso Peçanha, nesta manhã, fazendo manifestação do seu Partido, bem diz da realidade, da profundidade da ideia tornada ato na Nova República brasileira. Merece do PMDB o respeito e a admiração, todo aquele Partido que venha trazer a esta Casa a verdade não travestida de formas diferentes, mas aquela verdade pura, simples, sem mancha que é o que interessa a uma democracia, principalmente à nossa democracia que começa a se impor.

Uma preocupação que vem ao PMDB é com referência ao tratamento que o Congresso Nacional vem recebendo da imprensa. O Congresso Nacional está sendo questionado, mas antes de ser questionada a entidade, a gente percebe que estão sendo questionados os atuais componentes. E esta preocupação nos faz questionar o que é há por detrás: o interesse da busca da valorização do Congresso ou o interesse pela destruição da nova postura que começa a ser exercida pelo Congresso Nacional? A desculpa de "plenário vazio" não há de ser motivo suficiente para que a imprensa faça o que está fazendo, com a desmoralização do valor real do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

A colocação do PDT, que nos deixou preocupados até certo ponto, com a decisão do Poder Judiciário com referência aos dois turnos, não pode ter resposta nossa agora, porque ainda não sabemos qual a manifestação do Supremo Tribunal Federal; vamos aguardar a sua decisão para, depois, nos pronunciarmos. No entanto, o PMDB reafirma: a independência total dos poderes na Nova República é por nós respeitada; o Supremo Tribunal Federal há de tomar aquela postura, na sua decisão, que venha atender às necessidades da Constituição e da legislação em vigor.

O pronunciamento do PDS, manifestado pelo Deputado Raul Bernardo nesta manhã, com referência à reclamação dos servidores públicos civis para os reajustes salariais, deverá ter, no momento próprio, a nossa resposta. No entanto, queremos advertir a S. Ex^a que é válida a sua postura hoje, como seria justa também antes, porque herdamos uma situação caótica que o Governo atual tenta resolver de acordo com o equilíbrio nacional, com o equilíbrio social, com o equilíbrio financeiro e econômico da Nação.

A resposta à colocação do PTB, já a demos em pequeno aparte. No entanto, devo dizer ao Líder do PTB que o PMDB, após ouvir o Sr. Ministro dos Transportes, trará aqui uma resposta digna da postura que compete ao Parlamento quanto às reivindicações solicitadas.

Por fim, Sr. Presidente, queremos manifestar a nossa preocupação de que grandes líderes que formam a Aliança Democrática não podem pisar em "cascas de banana" porque correm o risco de escorregarem, e a democracia será a vítima.

A notícia hoje dos jornais, de que o Presidente de honra do PFL teria manifestado ontem no Uruguai uma postura diferente ou de facções, gostaria de que fosse ela bem delimitada quanto a algumas regiões e não quanto ao aspecto nacional. É livre cada um de manifestar o que melhor convém ao seu Partido, seja em São Paulo, seja em Minas Gerais, seja onde for. No entanto, a Aliança Democrática tem um compromisso com a Nação e não podemos, nós todos que a formamos, nos envolver em questões regionais a ponto de irmos prejudicar a Nação.

O Sr. Mendes Botelho — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS — Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a

O Sr. Mendes Botelho — Nobre Deputado José Mendonça de Moraes, respeito a decisão tomada pelo Dr. Aureliano Chaves, a quem V. Ex^a condena neste momento pela posição que assumiu, lá, no Uruguai.

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS — Não estou condenando, estou chamando a atenção...

O Sr. Mendes Botelho — Tenho admirado o Dr. Aureliano Chaves e haverá de continuar admirando-o, até o momento em que S. Ex^a continuar a merecer o nosso respeito, por essa definição, no momento oportuno. Se o Dr. Aureliano Chaves pronunciou-se a favor da candidatura do Dr. Jânio Quadros para Prefeito de São Paulo, não tenho a menor dúvida de que, ao tomar essa decisão, o fez porque conhece muito bem o Dr. Jânio Quadros e sabe, perfeitamente, como sabe este Deputado e como tem conhecimento o povo paulista, de que Jânio Quadros é o melhor candidato entre os candidatos a Prefeito em São Paulo. Portanto, queremos registrar aqui, mais uma vez, a nossa admiração a esse grande estadista, Dr. Aureliano Chaves, cujo nome já está em evidência como o provável candidato à sucessão do Presidente José Sarney e que haverá de merecer o apoio do nosso Partido porque o PTB já está assumindo o compromisso de apoiar o Ministro Olavo Setúbal para Governador de São Paulo no ano de 1986. Lamento, profundamente, que o PMDB não tenha dado a atenção necessária aos integrantes do Partido da Frente Liberal, que se aliaram ao PMDB, como se aliou, também, este Deputado, como se aliaram, também, vários Deputados do PTB e que, hoje, estão sendo pisoteados pelo fisiologismo dos integrantes da Aliança Democrática na disputa de cargos, a tal ponto, inclusive, que este Deputado, na condição de líder trabalhista em São Paulo, Presidente do Sindicato dos Ferroviários, verificou que a disputa na Rede Ferroviária é tão grande que parece que o cargo é mais interessante a eles do que propriamente os interesses daquela empresa. Quero dizer ao ilustre Deputado que condeno isto porque, no caso da Rede Ferroviária Federal, ela sempre foi dirigida por funcionários que fizeram carreira na empresa, mas, hoje, estão surgindo pura-quedistas de todos os lados para fazerem, dentro dos escritórios da Rede Ferroviária Federal filiação de simpatizantes, as vezes até impondo essas filiações do Partido do PMDB, como se isso viesse a conquistar votos do povo brasileiro, que é um povo consciente e que haverá de saber decidir. Condeno esta manifestação de V. Ex^a em condenar o Dr. Aureliano Chaves. Entendo que ele é um homem honrado, sincero, honesto e tem o direito de se manifestar pelo melhor candidato e, em sendo Jânio Quadros, justo que S. Ex^a se manifeste assim.

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS — Sr. Presidente, respondendo ao aparte que me formulou o nobre Deputado Mendes Botelho devo dizer que S. Ex^a não entendeu a minha ponderação. Eu apenas chamava a atenção para que os integrantes da Aliança Democrática tomassem cuidado para não pisarem em cascas de ba-

nana, para que não viessem a escorregar e que a vítima fosse a democracia.

Nós temos muito a construir neste País; principalmente atender às reivindicações fundamentais que o povo nos faz. A liberdade de escolha de candidatos existe e nós respeitamos, mas há uma máxima eterna: "Quem não está comigo, está contra mim". Em matéria política, "quem não está a favor, consequentemente está contra", por uma questão de lógica, de consequência. Quem não está a favor do crescimento, da vitória da Aliança Democrática, está contra ela, está querendo rompê-la, está aguardando o momento para que haja o efetivo rompimento dessa aliança.

O Sr. Mendes Botelho — V. Ex^a concede mais um aparte?

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS — A minha preocupação, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, vai além. Acho que em termos nacionais, todos deveriam ter aqui a postura em defesa da democracia e que os acordos regionais não existissem, ou se existissem, fossem respeitados. Onde há um acordo, uma aliança no Estado, ali deveria ser respeitado e não ser quebrado por pronunciamentos dos líderes.

Então, que estas colocações pessoais não venham a dificultar o encaminhamento da redemocratização do País e que a postura agora de cada um seja realmente o reflexo do seu comprometimento com a Nação brasileira.

O Sr. Mendes Botelho — Permite V. Ex^a mais um aparte?

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS — Pois não, Deputado.

O Sr. Mendes Botelho — Nobre colega, estou estranhando o seu pronunciamento, a quem respeito e admiro como médico e como conterrâneo do Estado de Minas Gerais. O que lamento profundamente é que essa Aliança Democrática, que V. Ex^a lidera neste momento, não admita a democracia. O que o Dr. Aureliano fez, foi manifestar a sua opinião em favor da candidatura de Jânio Quadros. S. Ex^a não se manifestou contrário à Aliança Democrática, mesmo porque o PTB, Partido ao qual tenho a honra de pertencer nesta Casa, porque me sinto honrado em ser um Líder trabalhista dentro do PTB, o meu Partido não vai em nenhum momento cercar a liberdade de qualquer um de seus integrantes em se manifestar a favor ou contra quem quer que seja. Creio que a Aliança Democrática esteja querendo impor a ditadura, impor o tacão porque um dos seus membros não pode emitir a sua opinião a favor de qualquer outro assunto que não seja o que defende a Aliança Democrática. Isto para mim, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é ditadura e não era isto que pregava o ilustre estadista Tancredo Neves.

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS — Nobre Deputado, V. Ex^a está confundindo alhos com bugalhos. V. Ex^a é muito inteligente para entender o que quis dizer e não há de ser V. Ex^a que vai desvirtuar o centro, o conceito fundamental da minha colocação. O que V. Ex^a está concluindo é aquilo que quer tirar de conclusão, mas não é o que eu disse. A minha postura como Líder do PMDB é de chamar a atenção no sentido de que acima dos interesses individuais está o interesse nacional e esse interesse nacional, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é que estou defendendo aqui, agora, na sua permanência, na sua manutenção.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à leitura da Proposta de Emenda à Constituição nº 54, de 1985, que acrescenta item IV ao art. 40 da Constituição Federal.

O Sr. Mendes Botelho — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Mendes Botelho, para uma questão de ordem.

O SR. MENDES BOTELHO (PTB — SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presi-

dente, como V. Ex^a verifica, não há número em plenário para se votar. Neste caso, requeiro que seja transferida a presente Ordem do Dia para uma outra sessão.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — É regimental o requerimento de V. Ex^a Nos termos do § 2º do art. 29 do Regimento Comum, por provocação do Sr.

Líder do PTB, esta Presidência encerrará a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 20 minutos.)

Ata da 212ª Sessão Conjunta, em 14 de agosto de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Marcondes Gadelha

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Alcides Paio — Galvão Modesto — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Américo de Souza — Alberto Silva — César Cals — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Severo Gomes — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Roberto Wypych — Álvaro Dias — Enéas Faria — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; José Melo — PMDB.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Ubaldo Meirelles — PFL; Vivaldo Frota — PFL.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PFL; Francisco Sales — PDS; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Benedicto Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Gerson Peres — PDS; João Marques — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Mele — PDS; Sebastião Curió — PFL; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PFL; João Alberto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PFL; Nagib Haickel — PDS; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jônathas Nunes — PFL; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PFL; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Manuel Viana —

PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PFL; Jessé Freire — PFL; João Faustino — PFL.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PFL; João Agripino — PMDB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Mendonça Bezerra — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurício Ferreira Lima — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; José Thomaz Nonô — PFL; Renan Calheiros — PMDB; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Hélio Dantas — PFL; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Ángelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PTB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; José Lourenço — PFL; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Mário Lima — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PFL; Theodorico Ferraço — PFL; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Amaral Netto — PDS; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Clemir Ramos — PDT; Dado

Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Frejat — PDT; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Saranago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PFL; Walter Casanova — PFL; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Dario Tavares — PMDB; Delson Scarano — PDS; Emílio Haddad — PFL; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Mário de Oliveira — PMDB; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcelos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PFL; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Aírton Sandoval — PMDB; Aírton Soares — PMDB; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PFL; Armando Pinheiro — PDS; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PFL; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Bastos — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Camargo — PFL; José Genoino — PT; Maluly Neto — PFL; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PFL; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Samir Achôa — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB. (Afastado.)

Goiás

Adhemar Santillo — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior —

PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; José Freire — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Paulo Nogueira — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; José Tavares — PMDB; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Ernesto de Marco — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Paulo Melro — PFL; Pedro Colin — PFL; Vilson Kleinubing — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emílio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélis Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincaroni — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratinê de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clark Platon — PDS; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — As listas de presença acusa o comparecimento de 47 Srs. Senadores e 281 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período de breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Ninguém ignora, no País, o desempenho da Fundação das Pioneiras Sociais, órgão que no entanto não escapou da onda de corrupção denunciada nos serviços assistenciais do País, nos últimos anos. A constatação de que não ocorreram, nessa fundação, escândalos memoráveis, como os acontecidos no INAMPS, não significa, no entanto, tenha ela ficado indene às irregularidades, tão notórias em nossos serviços públicos.

São os próprios servidores da FPS que se encarregam de denunciar ao Ministro da Saúde os seguintes fatos, contrários às boas normas administrativas: manipulação artificiosa de diárias para custeio de viagens, configurando um salário adicional dos beneficiários; o grande número de viagens ao exterior, realizado pela cúpula administrativa, principalmente pelo Presidente do órgão; utilização de funcionários para a realização de serviços particulares do Presidente, inclusive confecção de coronhas para a coleção de armas do Dr. Campos da Paz, como na reforma de utensílios e confecção de mobiliário da mansão e do apartamento de sua propriedade, onde utilizava profissionais do Hospital Sarah Kubitschek; uso abusivo de veículos, utilização de materiais do almoxarifado da FPS; cozinha especial para dois membros da diretoria; grandes dispêndios com matéria paga na imprensa; permissão de duplas militâncias a apaniguados da Presidência; uso do Hospital Sarah Kubitschek como clínica veterinária, de atendimento a dois cães de caça do Dr. Campos da Paz.

A mais veemente reclamação dos funcionários é contra o autoritarismo dessa administração, onde a designação de chefias é atribuição exclusiva do Dr. Campos da Paz, tomando-se as decisões sem qualquer participação da comunidade da instituição, do que resultam um regime opressivo e um clima de terror, com permanentes ameaças de demissão. Enquanto isso, o Hospital Sarah Kubitschek é usado como vitrine de luxo, sabendo-se, porém, que sua possível eficiência se deve à dedicação dos funcionários. Com leitos são mantidos por um custo de dois bilhões de cruzeiros, negando-se, no entanto, atendimento na área de urgências, enquanto um laboratório, de custo superior a um bilhão de cruzeiros, com aparelhagem altamente sofisticada, só se presta para impressionar visitantes ilustres.

Habitado a exercer o poder em consonância com a velha República — assinalam os funcionários — o Dr. Campos da Paz abusa do autoritarismo, demitindo médicos, extinguindo cargos, afastando funcionários, além de gastos espetaculares, superiores a vinte milhões de cruzeiros anuais.

Manifestando nossa solidariedade à família que serve à Fundação das Pioneiras Sociais, nessa luta corajosa, esperamos que o Governo tome as providências cabíveis, afastando o dirigente truculento, a fim de que essa gente injustificada possa confiar, realmente, na Nova República.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Roberto Jefferson.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O *Jornal do Brasil* de hoje, "Coluna JB", traz uma notícia que arranha a imagem do nosso valoroso e honrado Presidente da República. E traz a notícia envolvendo o Presidente José Sarney, inocentemente, num erro que haveria de ser evitado, pelo Itamarati, pela sua Casa Civil ou pela sua Assessoria, no momento em que ele faz viagens internacionais. O Presidente tem um cerimonial e deve ser este ou o Itamarati o responsável pela escolha do hotel onde o Presidente vai se instalar, a agenda deve ser discutida dessa maneira.

E o *Jornal do Brasil* traz, depois de vermos na imprensa uma campanha muito séria contra o famoso Reverendo Moon, que se instalou no País, principalmente em São Paulo, seu quartel general, o seguinte:

"O Presidente José Sarney está hospedado na suíte real do 17º andar, do Hotel Vitória Plaza, em Montevideu. O hotel pertence à Seita Moon; que instalou na capital uruguaia o seu quartel-general.

O Vitória Plaza está meio abandonado, o que levou alguns Ministros brasileiros a reclamar das condições em que se acham seus quartos. Os adeptos do Reverendo Moon têm 50 milhões de dólares depositados para investir na construção de um anexo com 40 andares, mas o Prefeito de Montevideu e vereadores estão impedindo que vigorem os incentivos

fiscais que o Governo militar tinha generosamente concedido à operação, beneficiando o Reverendo Moon."

Tenho recebido, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, uma gama muito grande de correspondências, vindas de todo o Brasil, no sentido de apontar os crimes e irregularidades praticadas pelo Mister Moon em nossa Pátria, em nossa terra.

No Rio de Janeiro, Mister Moon se instalou, no início deste ano de 1985, em Jacarepaguá, e adquiriu uma moradia pela módica quantia de 500 mil dólares, operação denunciada à imprensa que, por coincidência, teve como vendedor do imóvel um delegado de polícia, do Estado do Rio de Janeiro.

A par das notícias que temos da imprensa, dos jornais, da televisão, que o Ministério da Justiça ainda não comunicou, ao que me parece, à Assessoria do Presidente José Sarney ou ao Itamarati, apresentamos um Projeto de Lei, que teve o nº 5.235, e tramita, hoje, na Comissão de Constituição e Justiça da Casa; proibindo o funcionamento no País da seita de orientação do Reverendo Moon. (O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

Peço dois minutos para concluir.

Fiz um requerimento de informações que tem o nº 329, ao Ministério da Justiça, indagando sobre a seita Moon, no País: qual a origem, suas fontes de recursos, seus objetivos, e como no Rio de Janeiro essa sociedade adquiriu uma casa no valor de 500 mil dólares?

Recebi, esta semana, a resposta do Ministério da Justiça, que foge à objetividade das perguntas principais, mas que não deixa de trazer à baila informações muito importantes a respeito da seita Moon.

A seita Moon é do ramo da Unification Church, com matriz nos Estados Unidos, fundada pelo Reverendo Moon, que também preside a International Cultural Foundation, além de estar ligado, Sr. Presidente e Srs. Congressistas...

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Nobre Deputado, sinto interrompê-lo, mas V. Exª já excedeu seu tempo. Peço que encerre o seu pronunciamento.

O SR. ROBERTO JEFFERSON — Vou encerrar, Sr. Presidente. O ofício de reposta do Ministério da Justiça é extenso, mas algumas informações nós precisávamos divulgar aqui nesta tribuna. O Sr. Moon, além de sócio proprietário de várias empresas multinacionais, tem uma chamada Tangil Industrial Co., setor de material bélico sediada na Coreia do Sul.

O documento é importante, porque denuncia inclusive o trabalho escravo dos membros da seita Moon, porque a mão-de-obra utilizada é missionária e não remunerada. Prega a separação dos casais; se um dos cônjuges, aceitando a filosofia de Moon, tiver a oposição do outro, sustenta que, diante de Moon, o divórcio daquele que não tem na companhia de seu cônjuge a fé em Mister Moon é perdável e é aplaudido inclusive pelo céu e por Deus.

O documento é sério, gostaria de tentar discorrer mais tempo sobre ele, mas o tempo é pequeno, infelizmente. Gostaria de entregar uma cópia deste documento, na sua íntegra, ao Congresso Nacional. Voltarei em outras sessões a discutir o assunto, mas peço a V. Exª que defira a reprodução nos Anais da Casa do documento que recebi, agora, nesta semana, do Ministério da Justiça, sobre a seita Moon neste País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON EM SEU PRONUNCIAMENTO:

Aviso nº 433-SUPAR. Em 22 de julho de 1985.

A Sua Excelência o Senhor Deputado Haroldo Sanford D. Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados Brasília—DF.

Excelentíssimo Senhor Primeiro-Secretário.

Em atenção ao Ofício SGM nº 106, de 27 de maio de 1985, tenho a honra de encaminhar a V. Exª os esclareci-

mentos dos Ministério da Justiça sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 329, de 1985, de autoria do Senhor Deputado Roberto Jefferson, formulado com a finalidade de obter informações sobre a denominada "Seita Moon" no Brasil.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e consideração. — **José Hugo Castelo Branco**, Ministro Chefe do Gabinete Civil.

Primeira Secretária

Em 26-7-85. Ao Senhor Secretário-Geral da Mesa. — **Haroldo Sanford**, Primeiro-Secretário.

Av. GM/SA/00330

A S. Excia. o Senhor

Doutor José Hugo Castelo Branco

Ministro de Estado, Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

Senhor Ministro

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 340, SUPAR, de 29 de maio próximo passado, encaminhando cópia de requerimento da lavra do Deputado Roberto Jefferson, solicitando informações desta Pasta sobre a denominada Seita Moon.

Sobre o assunto, remeto, em anexo, cópia do Parecer 060/85, do Diretor-Geral da Divisão de Pareceres e Estudos, devidamente aprovado pelo Consultor Jurídico deste Ministério, bem como informações detalhadas sobre a matéria em tela.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de alta estima e distinta consideração. — **Fernando Lyra**, Ministro da Justiça.

DESPACHO DPE Nº 060/85

Senhor Consultor Jurídico

Pelo Ofício nº SGM 106, de 27-5-85, o Excelentíssimo Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhou ao Excelentíssimo Senhor Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República o Requerimento nº 329, de 1985, por meio do qual o ilustre Deputado Roberto Jefferson solicita informações ao Ministério da Justiça sobre a denominada Seita Moon.

Pelo Ofício nº 340-SUPAR, de 29-5-85, o Senhor Sub-chefe do Gabinete Civil de Assuntos Parlamentares encaminha cópia do citado requerimento ao Senhor Chefe do Gabinete do Ministro da Justiça a fim de que esta Secretaria de Estado se manifeste a respeito.

Conforme manifestação da Dra. Victória de Mello Ramos em seu Parecer nº 107/85, as atividades da denominada Seita Moon, no Brasil, foram objeto de investigação de que trata o Proc. nº 16.618/81, mas o que se apurou não autoriza este Ministério a responder, conclusivamente, aos quesitos formulados pelo ilustre Deputado Roberto Jefferson, autor do Requerimento nº 329, de 1985.

Assim, sou porque se remeta ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, em obsequio ao seu Ofício nº 106, de 27 de maio de 1985, as informações anexas extraídas do Proc. nº ..., para que o ilustre autor do Requerimento retire delas as suas próprias conclusões, do contrário muitos quesitos ficariam prejudicados por falta de competência deste Ministério para emitir parecer conclusivo sobre a espécie.

Brasília, DPE, 17 de junho de 1985.

DESPACHO CJ Nº 63/85

De acordo. Envie-se o Gabinete do Sr. Ministro.

27-6-85 — **Marcello Cerqueira**, Consultor Jurídico — MJ

1. Origem da Seita Moon

A seita "Igreja da Unificação" foi fundada em 1954, por Sun Myung Moon ("Reverendo Moon" ou Novo Cristo", como é conhecido por seus adeptos), filho de Kyung Yoo Moon e Kyung Kye Kim, DLN: 6 jan 20 — Coréia do Sul, e autor do livro "Princípio Divino", onde encontram-se expostos os princípios da seita.

A seita é um ramo da "Unification Church" com matriz nos E.U.A. e fundada pelo Reverendo Moon, que também preside a "International Cultural Foundation", além de estar ligado a diversas empresas tais como: Ilwa Pharmaceutical Co., Iishin Handicraft Co., Tonga Titanium Co. e Tangatita Munus Co., e inclusive no setor

de material bélico (Tangil Industrial Co., que fabrica armamentos leves, sediada na Coréia do Sul).

No Brasil, a seita iniciou seus trabalhos em 1975, no Estado de Minas Gerais, transferindo-se posteriormente para São Paulo/SP, onde instalou sua sede à Rua Eça de Queiroz, 131, Vila Mariana, Estado em que foi declarada como entidade de "Utilidade Pública" através da Lei nº 2.331, de 16 abr 80 (anexo 3). Atualmente o "Líder Espiritual" é Hyung Tae Kim, DLN: 3 nov 39 — Seoul/Coréia, residindo em São Paulo — SP.

2. Finalidades

Conforme seus estatutos (Artigo 3º), oficialmente a seita tem por finalidades:

- o estudo do Princípio Divino e suas aplicações, e a difusão ilimitada de seus ensinamentos doutrinários, por todos os meios que oferece a palavra escrita, falada e exemplificada;
- a prática da caridade espiritual, moral e material, por todos os meios a seu alcance;
- contribuir para a unificação do cristianismo mundial como preparação para a edificação do Reino do Céu na Terra;
- promover a instrução e a formação moral do caráter da juventude de acordo com a tradição celeste;
- preparar a juventude para o casamento, no sentido de formar famílias sólidas e centralizadas em Deus;
- proporcionar um ambiente sadio onde a tradição celeste possa ser aplicada à experiência da vida diária. Para tanto, deve possuir instalações próprias e adequadas, tais como casas, centros esportivos e instrutivos etc., de modo a proporcionar aos seus membros associados uma ambiência favorável, respeitosa e digna;
- contribuir para a instalação, a educação e a saúde da coletividade, fundando e mantendo escola de qualquer grau ou nível, cursos profissionalizantes, seminários instrutivos e educativos, creches, alberques noturnos, sanatórios, hospitais, ambulatórios e asilos, sempre que o permitirem suas condições financeiras;
- coordenar e incentivar os movimentos em favor da infância e da velhice desamparadas;
- empreender movimentos cívicos, sociais, culturais, educacionais, recreativos e congêneres;

j. realizar atividades ou empreendimentos diversos a critério da Diretoria, em benefício público.

3. Forma de atuação

Atualmente no Brasil existem cerca de 6.500 adeptos vinculados aos 80 núcleos espalhados por todo o País, os quais obedecem às ordens emitidas por sua sede em São Paulo/SP.

Para se conseguir uma propagação tão eficaz (6.500 adeptos em apenas 6 anos), seus "missionários" desenvolvem um intenso trabalho, pregando "a palavra de Deus" e dando "testemunho" às pessoas, principalmente aos jovens público alvo —, convidando e induzindo-os a participarem de um seminário a ser realizado na "Igreja" (imóvel utilizado pela seita, servindo, inclusive como residência), durante 2 dias consecutivos.

Nesse seminário de 2 dias são realizadas conferências baseadas numa nova interpretação da Bíblia, um misto de algumas de suas passagens (tomadas, sem discernimento, ao pé da letra), de filosofia oriental e de idéias do "Reverendo MOON", que versam sobre:

"O Princípio da Criação";

"Queda do Homem";

"Consumação da História Humana";

"O advento do Messias";

"Cristologia";

"Senhor do Segundo Advento".

Durante essa etapa os participantes ainda estão envolvidos numa atmosfera mística, pois até o final, o conferencista não revela quem são e nem a que se propõem.

Na última conferência o conferencista traça quadros comparativos, tentando provar a repetição dos acontecimentos bíblicos e históricos, baseados nas conferências anteriores, deixando a cargo dos participantes a conclu-

são de que o "Senhor do Segundo Advento" (nova versão de Cristo) ou "Messias", já está na Terra, como foi profetizado na Bíblia. Surgem, então, as perguntas: Quem é? Onde mora? etc., as quais o conferencista não responde e aproveita o momento para convidar os participantes para um novo seminário, que é o seminário de 7 dias, prometendo que somente nesse seminário, serão respondidas todas as perguntas e feitas todas as revelações.

Para Participar do seminário de 7 dias, o elemento tem que obedecer algumas exigências, tais como:

- permanecer em regime interno na "Igreja", durante os 7 dias,
- pagar uma taxa para a alimentação;
- não deverá fazer uso do fumo e de bebidas alcoólicas, durante os 7 dias.

Nesse seminário de 7 dias, os participantes ficam alojados na casa que serve de "igreja", sendo que os homens dormem separados das mulheres. O horário de levantar é às 5h e a jornada se inicia com uma hora de exercícios físicos e jogos praticados ao ar livre; logo após iniciam-se as conferências, que só terminam às 22h, tendo um intervalo das 12 às 13h, para o almoço. Antes de cada conferência, todos cantam músicas da própria seita, e fazem uma oração ao "Pai Celeste".

Somente ao final do 5º dia é que é revelado o nome do Messias (SUN MYUNG MOON), a "nação escolhida por Deus para vinda do Messias" (CORÉIA DO SUL), e algumas pretensões do mesmo.

Durante os dois dias restantes são recapitulados os assuntos tratados no seminário de 2 dias, e poucos dados são acrescentados. Ao término do 7º dia é feita uma entrevista, em particular, com cada participante, oportunidade em que é formulado um convite para que o mesmo passe a integrar a seita na qualidade de "membro interno". Caso o participante não aceite, o conferencista insiste para que ao menos participe do movimento como "membro externo".

Aos "membros internos" é exigida dedicação total e exclusiva, mesmo tendo que abandonar a família, caso esta não concorde em seguir a seita. No caso de o convidado aceitar o convite e o seu cônjuge não, são considerados separados com a aprovação do "Messias" e passa o convidado a não ter mais obrigações para com a família. Aquiescendo o casal em seguir a seita, esta aceita até mesmo os seus filhos, ficando o casal proibido de manter relações sexuais até atingir um certo grau de "Crescimento" dentro da seita, quando então, deverá comparecer à frente do "Messias", que o abençoará.

Quanto aos solteiros, o sexo também é proibido e até mesmo a aproximação entre jovens de sexo opostos é vista com bons olhos; para casarem-se na seita, os jovens devem dirigir-se à presença do "Messias", e este então, decidirá quem deverá casar com quem; no caso dos nubentes não aceitarem, os mesmos escolherão seus pares, porém o "Messias" já não mais se responsabilizará pelo casamento. Recebida a "Benção", os casais poderão ter filhos, e estes "não possuirão o pecado original, serão filhos perfeitos, serão os integrantes do Reino de Deus na Terra".

Para os convidados que aceitarem seguir a seita, outros cursos são oferecidos na sede em São Paulo/SP (cursos de 21 a 40 dias), e em nível bem mais adiantado, seminários e cursos nos Estados Unidos da América do Norte (cursos de 40 a 120 dias).

4. Captação de Recursos

Além do objetivo religioso, a seita tem o seu objetivo econômico, como já foi citado anteriormente, na ligação do "Reverendo MOON" com diversas empresas.

Tendo por norma a auto-sustentação, a seita procura criar indústrias e empresas comerciais, paralelas, com a finalidade de produzir determinados produtos e comercializá-los revertendo para si, todo o lucro.

Quanto à mão-de-obra utilizada, quase todo é recrutado pela seita através de seus vários cursos e estágios, ou seja, é uma "mão-de-obra missionária", e assim sendo, não é remunerada. Seus missionários também são utilizados na venda de bombons, flores, bijuterias, Ginseng (vendido como sendo um afrodisíaco), roupas, etc. No final do dia, todo o dinheiro arrecadado é entregue ao responsável local, que inclusive determina um mínimo a ser arrecadado diariamente.

Em São Paulo/SP a seita possui: "Unificação Confecção de Roubas Ltda", Av. Lacerda Franco, 322, fone 270.6708 — Cambuci, e a "Importadora IL-HWA do Brasil Ltda", Rua Luiz Góes, 1.099, fone 276.3007 — Vila Mariana.

Em Porto Alegre/RS, a firma "Unificação Comércio e Vestuário e Alimentos Ltda", (também de propriedade de seita), foi multada em cerca de Cr\$ 200.000,00, pela Secretaria de Receita, por não ter recolhido os impostos decorrentes de operações de venda (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias — ICM), fato ocorrido em 1979 (anexo 04).

5. Alguns fatos envolvendo a seita

5.1 Em Anápolis/GO

Os representantes da seita naquela cidade são os 3º Sargentos da Aeronáutica, Dêlio dos Santos e Hilário Rodrigues, ambos servindo atualmente na Base Aérea local.

5.2. Em Cuiabá/MT

Uma das principais integrantes da seita naquela capital é Jesuina Miguelina de Arruda, filha de José Misael de Arruda e Maria do Carmo Pinto, residente à Rua Q. 13, c/01, Grande Terceiro-Capital, com apenas 15 anos de idade.

5.3. Em João Pessoa/PB

Leornes Ferreira da Silva, vulgo "Léo", diretor local da seita, encontra-se indiciado em IPL instaurado pela SSP/PB, para apurar possível aliciamento e/ou corrupção de menores.

5.4. Em Livramento/RS

Isabel Ribeiro, líder local, viajou em ago/81, para São Paulo/SP, devendo ao Sr. Jorge Farias (zelador do Colégio Estadual local), o aluguel dos meses de jul e ago deste, referente à casa utilizada pela seita, bem como as contas de água.

5.5. Em Manaus/AM

As investigações que vinham sendo realizadas pelo titular da DOPS/SSP/AM, Bel. Aderson Melo, foram sustadas por ordem do Secretário de Segurança Pública, Bel. José Cantanhede de Mattos Filho, que proibiu os atos investigatórios nas atividades da seita.

5.6. Em Porto Alegre/RS

Em nov 78, Luiza Maria Facchinetto foi aliciada pela seita naquela capital. Procurada por familiares foi encontrada em São Paulo/SP, e levada de volta para Porto Alegre, onde foi internada em uma Clínica Psiquiátrica, tendo o Dr. Ronaldo M. Brum, chegado à seguinte conclusão em seu laudo:

"Concluímos que Luiza Maria Facchinetto apresenta reação esquizofrênica paranóide, desencadeada, por grau de probabilidade por seu aliciamento por seita religiosa, conhecida como "Unificação", podendo supor-se métodos de condicionamento que são utilizados a fim de submeter os aliciados à disciplina da seita".

5.7. No Rio de Janeiro/RJ

5.7.1. Realizou-se no período de 14 a 21 de jul. 80, no Hotel Nacional, um "Seminário de Teologia e Filosofia", patrocinado pela Associação Internacional Cultural (Associação Vinculada à Igreja da Unificação).

Um dos pontos culminantes do encontro — como afirma o Delegado da Receita Federal em Taubaté, Osvaldo Alves Beraldo — foi "uma agitada conferência em torno do comunismo internacional".

5.7.2. Realizou-se no período de 30 jul. a 2 ago. 81, no Othon Palace Hotel, o Seminário "Novas Idéias para Uma Sociedade em Crise", patrocinado pela Causa Internacional.

A Causa Internacional, que é presidida pelo Coronel do Exército coreano, BO HI PAK, e tendo como Secretário-Geral o colombiano, Antonio Bittencourt, é o instrumento de divulgação, expansão e ação de um movimento internacionalista de combate ao comunismo, denominado Unificacionismo, cujo fundador líder espiritual é o Reverendo Moon.

No Brasil, a Causa Internacional é representada por José Francisco Squizzato, com escritório à Rua Muniz de Souza, 1.264, Jd. Aclimação — São Paulo/SP.

5.8. Em São José do Rio Preto/SP

Correm pela Justiça Estadual naquela Comarca, dois processos de separação legal (divórcio), de casais pertencentes à seita.

5.9. Em Teresina/PI

Em 17 de ago. 81, Carlindo Pereira Gonçalves, diretor local, foi preso e atuado em flagrante na Delegacia do 1º Distrito Policial, por infringência aos artigos 39 (Associações Secretas) e 59 (Vadiagem), da Lei das Contravenções Penais. Foi solto no dia seguinte, após recolhimento de fiança no valor de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

5.10. Em Vitória/ES

Em 26 out. 79, o Juiz de Menores Marco Antonio de Souza Basílico expediu Mandado de Interdição da seita, ao ter recebido denúncia de aliciamento de menores, para ingressarem na referida seita. Posteriormente revogou essa decisão e baixou portaria de nº 18/79, proibindo, a qualquer título, a presença de menores de 18 anos de idade, em sua sede.

O atual diretor local, Dionísio Negrini, tem sobre si várias acusações de aliciamento de menores no Estado. Uma delas é sobre o menor João Justino da Silva, de Cachoeiro do Itapemirim/ES, que foi embarcado para São Paulo/SP, ilegalmente.

6. Posição da Opinião Pública Diante da Atuação da Seita

Após o programa "Fantástico", levado ao ar no dia 2 de ago. 81, pela Rede Globo de Televisão, a seita foi alvo em diversas cidades brasileiras, de um ataque físico quase que incontrolável, tendo na maioria dos casos, de haver a intervenção da polícia, para que seus integrantes não fossem agredidos. Como consequência, várias de suas "igrejas" foram invadidas, saqueadas e até mesmo destruídas, provocando fuga dos integrantes e mudanças de endereços.

Também a imprensa escrita, através de jornais e revistas, deu intensa cobertura à forma de atuação e recrutamento de adeptos pela seita, publicando diversas reportagens, inclusive de familiares solicitando o retorno de seus parentes, e providências por parte do Governo Federal, no sentido de dar um fim na seita do "Reverendo Moon".

Exemplo da preocupação por parte de diversos segmentos da sociedade com relação à seita, foi o fato de o Padre Pedro Maioni, Pároco da Igreja do Bairro Cristo Rei, em Teresina/PI, ter criado no dia 23 de ago. p.o., "Comitê de Salvação da Juventude Piauiense", para orientar aos jovens e pais, especificamente no que tange ao funcionamento da seita, alertando-os sobre a ação persuasiva dos seguidores de Moon.

Em contrapartida, o Partor Metodista Procoro Velasques Filho, coordenador do Curso de Mestrado de Ciências da Religião do Instituto Metodista de Ensino Superior, em São Bernardo do Campo/SP, em entrevista ao jornal, O Globo de 17 de agosto de 1981, sobre o "Seminário de Teologia e Filosofia", disse: "o que tem sido denunciado como lavagem cerebral é um processo utilizado por todas as religiões, incluindo a Católica Romana, muito evidente nos cursilhos e nas comunidades de base, e pelos protestantes, especialmente os pentecostais". (grifo nosso) (anexo 05.)

7. Diretorias das "Associações que pertencem ao mesmo grupo.

7.1 "Associação do Espírito Santo para a Unificação do Cristianismo Mundial" — Associação da Unificação (Parte Teológica e Filosófica). Com sede à Rua Tamandaré, 553 — Liberdade — São Paulo/SP.

Presidente: César Zaduski

Vice-Presidente: Maurício Raimundo Baldini

Consultoria Jurídica

1º-Secretário: Waldir Cipriani

2º-Secretário: Ilda Rodrigues Cardoso

1º-Tesoureiro: Sane Yamamoto

2º-Tesoureiro: Maria de Fátima Cardoso da Silveira

7.2. "Associação Mundial de Assistência e Amizade" (AMASA) — (Setor de Caridade). Com sede à Rua Muniz de Souza, 1.264 — Jd. Aclimação — São Paulo/SP.

Presidente: Waldir Cipriani

Vice-Presidente: Maurício Raimundo Baldini

1º-Secretária: Maria De Fátima Cardoso da Silveira

2º-Secretária: Maria Isabel Dotto

1º-Tesoureiro: Sane Yamamoto

2º-Tesoureiro: João Urias de Souza

7.3 "Associação Internacional de Vitória sobre o Comunismo" — AIVICO — (Esclarecimentos sobre o mal das teorias materialistas). Com sede à Rua Muniz de Souza, 1.264 — Jd. Aclimação — São Paulo/SP.

Presidente: César Zaduski

Vice-Presidente: José Francisco Squizzato

1º-Secretário: Maurício Raimundo Baldini

2º-Secretário: Luiz Squizzato

1º-Tesoureiro: Maria de Fátima Cardoso da Silveira

2º-Tesoureiro: Liege Célia dos Santos.

7.4. "Associação Internacional para a União das Religiões" — ASSINUR (Parte do Ecumenismo). Com sede à Av. Lacerda Franco, 209, fundos — Cambuci — São Paulo/SP.

Presidente: Luiz Squizzato

Vice-Presidente: Waldir Cipriani

1º-Secretário: Inês Luiza Squizzato

2º-Secretário: Sandra Maria Shamas Spesel

1º-Tesoureiro: João Urias de Souza

2º-Tesoureiro: Maria da Penha Pereira Alonso.

7.5. "Associação Internacional Cultural" — CULTURAL (Parte Cultural). Com sede à Rua Muniz de Souza, 1.264 — Jd. Aclimação-São Paulo/SP.

Presidente: José Francisco Squizzato

Vice-Presidente: César Zaduski

1º-Secretário: Maria de Fátima Cardoso da Silveira

2º-Secretário: Lourdes Zanin

1º-Tesoureiro: Regina Nizue Wgasawara

2º-Tesoureiro: Júlia Yamamoto.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — V. Exª será atendido.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Mendes Botelho.

O SR. MENDES BOTELHO (PTB — SP) — Sr. Presidente, tendo em vista que o assunto que eu deajo abordar necessita de um tempo maior, solicito a V. Exª a minha inscrição como Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — V. Exª será atendido.

Concedo a palavra ao nobre Deputado José Colagrossi.

O SR. JOSÉ COLAGROSSI (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Entre as coisas que nasceram na vida política deste País, nos últimos 20 anos, há uma palavra que entrou para o dicionário político, que é o casuísmo. Antes de 1964, o casuísmo não existia, não se falava em casuísmo: ele foi uma prática constante nesses 20 anos de autoritarismo no Brasil. Tivemos casuístas de Senadores biônicos, casuístas como o do Rio de Janeiro, quando o PTB, em 1965, lançou o Engenheiro Hélio de Almeida para candidato a Governador e foi feita uma lei dizendo que quem tinha sido Ministro de João Goulart não po-

dia ser candidato, quando se lançou o General Lott, e fez-se uma lei dizendo que quem não nasceu na cidade não podia ser candidato. Houve, assim, uma sucessão imensa de casuísmos. Quando nós achamos que a Nova República tinha acabado com isso, tinha terminado com isso, que vivíamos uma nova era neste País, eis que, agora, aparece um tremendo casuísmo, uma continuação dessa prática, quando se lê nos jornais que o Governo e a Aliança Democrática decidiram pedir urgência para o projeto do Senador Murilo Badaró, Líder do PDS no Senado, que inviabiliza, na prática, o acesso do PDT e dos Partidos pequenos à televisão.

Este projeto que visa dividir o tempo da televisão, baseado nos números de Deputados que tem esta Casa, ele vem exclusivamente para tirar da televisão um candidato como Roberto Saturnino, do Rio de Janeiro, e o Sr. Jânio Quadros, de São Paulo. É absolutamente inaceitável que depois de tantos anos em que esta Nação viu que se fazia legislação em cima de um fato, que se criava dispositivos legais com o único interesse de atender à maioria do Governo, e o propósito daqueles que comandavam este País, sem nunca ter o respaldo popular, que essa prática esteja continuando. O PDT vai cerrar fileiras nesta Casa, exigindo que venham aqui em massa, que compareça aqui todo o PMDB, toda a Frente Liberal, para a votação dessa emenda constitucional, desse projeto do Senador Murilo Badaró, porque ele é absolutamente casuístico. Se não houvesse, no Rio de Janeiro, um candidato do Leonel Brizola, e se não houvesse uma possibilidade imensa de São Paulo ganhar com um candidato do PTB, certamente ninguém estaria pensando em urgência desse projeto.

Quero dizer, para terminar, Sr. Presidente, que não vai ser por esses métodos, não vai ser por usar esses processos que se vai impedir que realmente os Partidos populares cresçam neste País, esses Partidos que hoje são pequenos mas estão com o maior índice de crescimento nesta Nação; não vai ser através desses casuísmos, dessa tentativa de impedir que os candidatos dos Partidos chamados pequenos realmente compareçam à televisão e defendam outros princípios, porque o povo deste País não aguenta mais isso, o povo não aceita mais que se queira legislar em benefício de se manter um sistema que durante 20 anos governou o País e, hoje, através da Nova e da Velha República tenta também continuar fazendo com que os partidos pequenos sejam aliados da sua chegada ao poder. Os Partidos pequenos vão chegar ao poder, porque quem vai determinar isso será, certamente, o povo e nós estaremos aqui para votar, para lutar e para denunciar que o PDT não vai aceitar que seja aprovado, o projeto Badaró, que proibirá o PDT de chegar à televisão nas capitais em que ele disputa a eleição para Prefeitura.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Heráclito Fortes, último orador inscrito para o período de breves comunicações.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PMDB — PL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Outro era o assunto que me traria para este horário de breves comunicações, mas, respondendo pela Liderança do PMDB, nesta noite, não poderia deixar de dizer, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que desta Casa, a cada dia que com ela convivemos saímos certos de que um novo dia é uma nova oportunidade para aprendermos e para sabermos coisas. Hoje saio daqui convencido de que temos entre os nossos companheiros o Deputado Roberto Gerson, profundo conhecedor dos assuntos do Reverendo Moon. Mas não poderia deixar, Sr. Presidente, de lamentar a parte em que o nobre representante do PMDB protesta e critica, no que diz respeito à hospedagem do Presidente Sarney num hotel, que, segundo matéria publicada na imprensa e lida pelo nobre parlamentar, seria pertencente aos membros dessa seita. Todos nós sabemos que, tanto no Brasil, como no Uruguai e no mundo inteiro, essas seitas, essas entidades são clandestinas; e o que vem provar o que aqui digo é que o próprio Reverendo Moon, ou foi solto recentemente nos Estados

Unidos ou se encontra atualmente preso, por sonegação de imposto de Renda, o que prova que as atividades praticadas pelo Reverendo Moon não são todas elas feitas às claras. Mas vamos admitir, até, que o Reverendo Moon tenha participação nesse hotel do Uruguai. Agora, conforme sabe o nobre Deputado peemedebista, essas hospedagens são de inteira e exclusiva responsabilidade do Governo que recebe o Chefe de Estado, no caso o Governo do Uruguai. Não se vai querer aqui aceitar nem se admitir que o Presidente Sarney tenha, deliberadamente, escolhido esse hotel por simpatia com as teses do Reverendo Moon. A responsabilidade de hospedá-lo coube ao Governo do Uruguai, que deve ter levado em consideração alguns fatores tais como conforto, segurança, e não sei mais o quê. Agora, tenho certeza de que o Governo brasileiro não tomou conhecimento do controle acionário desse hotel uruguaio. De forma que, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, eu gostaria apenas de fazer este registro para que, amanhã ou depois, não fique a imagem perante a opinião pública de que a hospedagem da delegação brasileira no citado hotel, segundo a nota lida aqui pelo nobre Deputado Roberto Jefferson, foi feita de maneira a estimular essa referida seita.

Eram estas as colocações que gostaria de fazer nesta noite. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Encerrado o período de breves comunicações. Concedo a palavra ao nobre Sr. Deputado Mendes Botelho, como Líder do PTB.

O SR. MENDES BOTELHO (Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Estou decepcionado e até mesmo incrédulo com as promessas e as decisões da Nova República. Imaginem, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que há 4 anos sou Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em empresas ferroviárias do Estado de São Paulo. Há três anos, fazemos uma negociação coletiva com a direção da Rede Ferroviária Federal e quando não chegamos a um acordo, como determina a lei, partimos para o dissídio coletivo e esperamos o resultado do Tribunal Superior do Trabalho.

Mas este ano, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, os ferroviários de São Paulo, em assembleia livre e soberana, decidiram fazer uma greve de advertência para exigir do Governo desta Nova República, que tanto prometeu à classe trabalhadora brasileira, que atenda às suas conquistas.

Fizemos a greve e, de imediato, a Rede Ferroviária Federal, através de sua Presidência e do seu Diretor de Recursos Humanos, bem como o Sr. Ministro do Trabalho, Dr. Almir Pazzianotto que, por sinal, se comportou de forma digna, convocando-nos para uma negociação. A Rede, depois de inúmeras reuniões, fez uma proposta que acredito tenha sido até uma das melhores já feitas à classe trabalhadora brasileira, pois a Rede Ferroviária concordou em pagar aos ferroviários de todo o Brasil 100% do INPC, ou, melhor, 89% de aumento, já que a nossa data base era 1º de maio; mais 4% de produtividade; mais um abono de 100 mil cruzeiros somados aos salários de todos os ferroviários, desde o mais modesto ao presidente da empresa. E, além do mais, ela se comprometeu a pagar o anuênio, isto é, 1% para cada ano trabalhado.

Além dessas conquistas, Sr. Presidente, assumiu a Rede Ferroviária Federal, por determinação do Ministro dos Transportes Afonso Camargo, o compromisso de que atenderia a uma série de outras reivindicações discutidas junto aos trabalhadores ferroviários de São Paulo, ou seja, uma ajuda para as mães operárias que trabalham na Rede com filhos menores de 5 anos. O atendimento imediato da efetivação de todos os funcionários que estavam trabalhando há mais de 6 meses em categoria superior. O pagamento e a incorporação, no caso de corte, da média das horas extras trabalhadas nos últimos 2 anos ao salário dos ferroviários.

A parte financeira do acordo, Sr. Presidente Srs. Congressistas, a Rede já está cumprindo, mas ela assumiu também o compromisso de cobrar apenas 3%.

O Sr. Roberto Jefferson — Deputado Mendes Botelho, V. Exª poderia me ceder um aparte?

O SR. MENDES BOTELHO — Cedo o aparte a V. Exª com o máximo prazer.

O Sr. Roberto Jefferson — Inicialmente, Deputado Mendes Botelho, meu companheiro de Partido, para saudá-lo, como grande Líder ferroviário que V. Exª é. Além de Deputado Federal, Vice-Líder de nossa Bancada, é V. Exª Presidente do Sindicato dos Ferroviários. E quando vem à tribuna, em nome daqueles que representam, em nome daqueles que creem e que depositaram sua fé e sua confiança em seu trabalho, em sua palavra, em suas posições, merece, de todos nós, não somente os seus companheiros do Partido Trabalhista Brasileiro, mas de todos nós Congressistas, o nosso mais caloroso aplauso, a nossa homenagem e o nosso incentivo, para que V. Exª continue a trilhar nesta senda de defesa daquele trabalhador mais humilde, daquele homem da graxa, daquele homem da ferrovia, daquele homem do dia-a-dia da rede ferroviária no País. E sobre este assunto, Rede Ferroviária Federal, gostaria de chamar a atenção, tanto de V. Exª como a do nosso Congresso, porque recebi, esta semana, uma fotocópia de um contrato de empréstimo entre o BIRD e a Rede Ferroviária Federal, assinado já na Nova República, na ordem de 500 milhões de dólares, 0,5% da nossa dívida externa. É um contrato para incentivar a Ferrovia da Soja em Goiás, Paraná e Minas Gerais, para que esse produto possa vir de trem, a fim de ser exportada através dos portos de São Paulo e do Rio de Janeiro. E o contrato lesivo aos interesses da Rede Ferroviária Federal, tem como cláusula imposta pelo BIRD a desativação de 1.500 quilômetros de linha férrea no País que, segundo o BIRD, não trazem lucros — como se o transporte ferroviário tivesse esse objetivo e não o seu cunho social — aos cofres da Rede e que não permitem que a rede possa agilizar o pagamento de um empréstimo anterior que já mantém com o BIRD e que está devendo até os dias de hoje. Parabenizo V. Exª, neste momento em que coloca sua palavra, a sua voz, em defesa do ferroviário e gostaria de convidar, não só o colega Deputado Federal, mas também o líder ferroviário que V. Exª é para que, juntos, pudéssemos analisar este contrato que nos foi enviado por funcionários da Rede Ferroviária Federal, no Rio de Janeiro, ligados ao departamento jurídico que elaborou o contrato, e depois de analisando e dissecado as suas cláusulas, discutirmos com mais amplitude, diamante da Nação, o que o contrato representa para o País. Muito obrigado e eu gostaria de agradecer, sinceramente, a oportunidade que me dá de apartear-lo.

O SR. MENDES BOTELHO — Nobre colega Roberto Jefferson, um dos mais brilhantes membros do meu Partido, nesta Casa, quero associar-me a V. Exª nessa denúncia que faz hoje, nesta Casa, porque ela é grave. Solicito ao ilustre colega que coloque em minhas mãos este contrato, e V. Exª terá um aliado que haverá de denunciar, em todos os recantos desta Nação, esse absurdo da desativação ou da promessa de desativação de mais de 1000 km de ferrovia.

O Sr. Roberto Jefferson — Principalmente no Nordeste.

O SR. MENDES BOTELHO — Isso implica em desemprego, principalmente no Nordeste, como afirma V. Exª. E, na condição de Presidente do Sindicato dos Ferroviários, haveremos de levar a denúncia de V. Exª ao conhecimento da nossa categoria, para que ela repudie o ato da Nova República, que há muito já vem me decepcionando porque, lamentavelmente, não cumpre as suas promessas.

Continuando, Sr. Presidente, Srs. Congressistas. A Rede assumiu um compromisso com a classe ferroviária de São Paulo. Parte do compromisso está sendo cumprido: a Rede já está pagando a parte financeira. Mas, lamentavelmente, em que pese a greve que fizemos em São Paulo, a greve que lidei em São Paulo; em que pese a posição honrosa que o Ministro do Trabalho teve diante daquele movimento, a Rede Ferroviária Federal está se negando a assinar o acordo coletivo com o Sindicato dos Trabalhadores da Empresa Ferroviária de São Paulo.

Mas não é apenas com o nosso sindicato, Sr. Presidente e Srs. Congressistas. Esta mesma negativa a Rede, por orientação do Ministro dos Transportes, Affonso Camargo, está fazendo aos outros sindicatos. Com isso, os trabalhadores ferroviários de todo o Brasil não estão tendo a oportunidade de ver atendida as suas reivindicações conquistadas através de um movimento limpo, que fizemos em São Paulo, em que não houve nenhuma depredação, como em outros movimentos de trabalhadores, em que não houve nenhum prejuízo para a empresa que visava único e exclusivamente o interesse da classe ferroviária. Mas, esse Ministro que aí temos, que vive fazendo promessas, mas que não cumpre, nós queremos denunciar, neste momento, porque a nossa data base de 1º de maio já ficou para trás, já decorreram todos os meses de maio, junho, julho, e já estamos em meados de agosto e, quando vamos falar com o Ministro Afonso Camargo, ou com seus assessores, a resposta que nós recebemos é de que aquela promessa feita aos ferroviários não será aceita pelo Conselho Nacional de Política Social.

Onde já se viu, Sr. Presidente, a palavra de um Conselho ser mais poderosa do que a palavra de um Ministro?

Mas, antes de continuar o nosso pronunciamento, concedo um aparte ao ilustre Deputado Heráclito Fortes, Líder do PMDB nesta Casa, que, tenho certeza, irão ajudar nessa luta dos ferroviários, que constituem uma família de quase cem mil trabalhadores em todo o País.

O Sr. Heráclito Fortes — Nobre Líder, Deputado Mendes Botelho, em primeiro lugar, gostaria de dizer que nos conforta, aos parlamentares do PMDB, o fato de V. Exª, apesar de estar, segundo suas próprias declarações, já decepcionado com a Nova República, reconhecer que, em parte, as reivindicações dos ferroviários foram atendidas.

O SR. MENDES BOTELHO — Eu disse parte das reivindicações.

Estou decepcionado com a promessa da assinatura do acordo que não foi cumprida.

O Sr. Heráclito Fortes — Evidente, nobre Deputado Mendes Botelho, sabe V. Exª que o setor ferroviário tenha sido, talvez, a maior vítima, neste País, nos vinte anos de desmandos em que nós vivemos. V. Exª sabe que o setor ferroviário teve grande parte dos seus recursos desviados para a construção de ferrovias como a Ferrovia do Aço, que aí está. V. Exª tem conhecimento de que o Setor ferroviário foi atingido de maneira até, como se poderia dizer, de difícil recuperação. O Ministro Affonso Camargo, e quando falo, nobre Deputado, além de o fazer como Líder do PMDB, faço também como nordestino, porque sei que a malha ferroviária do Nordeste talvez tenha sido a mais atingida da nossa nação, trazendo e acarretando prejuízos irreparáveis para o Nordeste. O meu Estado, o Estado do Piauí, teve do Governo passado mais de duzentos quilômetros de linhas ferroviárias desativadas. Faz pena, quando se passa por aquelas cidades do interior do meu Estado, onde antigamente a estação ferroviária representava um ponto de chegada e de saída do progresso e da riqueza daquelas cidades. A chegada do trem era um dia de festa, de alegria e, hoje, essas estações estão ao abandono. Agora, é evidente, nobre Deputado Mendes Botelho, que o Governo da Nova República mal completou seis meses. Sabe V. Exª as dificuldades que este Governo enfrentou, o choque catastrófico que enfrentamos nos três primeiros meses de Governo, em consequência do falecimento do Presidente da República. Estamos, passando por uma fase difícil, onde se está fazendo um levantamento da herança recebida, que, melhor do que ninguém, sabe V. Exª qual é. É evidente que procurarei hoje o Ministério dos Transportes para, amanhã, aqui, na condição de Líder do Partido, oferecer a V. Exª e à Nação brasileira os esclarecimentos, não só pelo pronunciamento que V. Exª faz, na condição de líder ferroviário e de Parlamentar respeitado, como também das denúncias feitas aqui pelo Deputado Roberto Jefferson. Acho que a Nação brasileira precisa ver esclarecidos esses fatos. De forma que eu gostaria de dizer a V. Exª que entraremos em contato com o Ministro Affonso Camargo e pediremos a S. Exª uma resposta. Agora, alegro-nos, pelo menos, o fato de V. Exª reconhecer

que em alguma coisa a Nova República já foi sensível às reivindicações. Encerro o meu aparte e agradeço a V. Exª

O SR. MENDES BOTELHO — Nobre Deputado Heráclito Fortes, sou eu quem agradeço o aparte de V. Exª V. Exª, como um dos brilhantes representantes do povo nesta Casa, tenho certeza de que não irá encontrar palavras para defender, com a veemência com que defende hoje o Sr. Ministro Affonso Camargo, caso seja confirmada a denúncia feita pelo ilustre Deputado Roberto Jefferson, que acaba de dizer que, há pouco mais de 15 dias, a Rede Ferroviária Federal e o Ministério dos Transportes assinaram, ou estão se preparando para assinar, um acordo com o BIRD, para um empréstimo de algumas centenas de milhões de dólares, sob o compromisso de desativar mais de mil quilômetros de ferrovia. Se isso vier a acontecer, tenho certeza de que V. Exª, mesmo na condição de Líder do Governo nesta Casa, não irá encontrar palavras, porque caso contrário, não terá condições sequer de visitar as suas bases lá naquele grande Nordeste brasileiro.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a nossa decepção realmente é muito grande. Ficamos decepcionados porque, toda semana, recebemos uma comunicação da Rede Ferroviária Federal de que o acordo coletivo de trabalho será assinado na semana seguinte. E, no caso do nosso sindicato, inconformado com este posicionamento da Rede e, conseqüentemente, do Ministro, nós já entramos...

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — (O Sr. Presidente faz soar a campainha.) — O tempo de V. Exª já está esgotado.

O SR. MENDES BOTELHO — Eu só pediria a V. Exª mais um minutinho, para concluir o meu raciocínio.

... nós já entramos com o dissídio coletivo em São Paulo. Mas, a cada semana, a Rede aparece e solicita o adiamento do julgamento do dissídio, sob a promessa de que irá, na semana seguinte, assinar o acordo.

Portanto, a nossa esperança é a de que, ilustres Parlamentares, como Heráclito Fortes, Líder do Governo nesta Casa, irão somar o seu trabalho ao trabalho que vêm fazendo as lideranças ferroviárias de todo o Brasil, para verem concretizar este desejo da categoria.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Atendendo à finalidade da sessão, o Sr. 1º-Secretário irá proceder à leitura da Proposta de Emenda à Constituição nº 54, de 1985.

É lida a seguinte

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54, DE 1985

Acrescenta item IV ao art. 40 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O art. 40 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte item IV:

"Art. 40.

IV — deliberar sobre a concessão, a renovação e o cancelamento de concessão de canal de rádio e televisão."

Justificação

É evidente que em nossos dias, as emissoras de rádio e televisão são os maiores meios de comunicação de massa. Daí por que estamos apresentando esta emenda constitucional, com o objetivo antes de mais nada, de democratizar a concessão dos canais de rádio e televisão.

A Nação vive hoje dias difíceis de tensões sociais e é preciso lembrar que é nesta hora que o rádio e a televisão assumem um papel fundamental, principalmente por ser

veículos insuperáveis em rapidez, mobilidade e penetração popular.

O rádio é ainda o mais penetrante meio de comunicação, chegando sempre como o primeiro alerta para determinado fato importante do País.

Dados da UNESCO comprovam, ano a ano, que, à medida que o número de aparelhos de televisão aumenta, em dupla proporção, sobe o número de rádios.

Mas é a televisão, indiscutivelmente, o grande veículo de informação deste fim de século.

Embora o rádio ainda seja o maior meio de comunicação do Brasil e do mundo, no sentido de que ele atinge a mais pessoas, é sabido que não atinge a tanta gente ao mesmo tempo e com a mesma mensagem, como a televisão, atingindo níveis tais, que em São Paulo, por exemplo, 95% dos domicílios possuem pelo menos um aparelho de TV.

Tal potencial de força e conseqüentemente de poder gera uma questão que afeta diretamente a nossa própria segurança nacional.

Hoje o Executivo detém os mecanismos de concessão ou cancelamento de concessão de rádio e televisão.

A presente proposta de emenda à Constituição visa dar ao Poder Legislativo, privativamente à Câmara dos Deputados, a competência para deliberar sobre a matéria.

A Câmara dos Deputados, como legítima representante do povo brasileiro, terá evidentemente, melhores condições para decidir democraticamente sobre assunto da maior importância para a vida e o futuro de todos nós brasileiros.

Com estas razões, que reputamos procedentes, trazemos à consideração dos ilustres membros do Congresso Nacional, a presente proposta de emenda, certos de estarmos contribuindo para o aperfeiçoamento de nossa Carta Magna, e a total democratização de nosso País.

DEPUTADOS: Odilon Salmoria — Coutinho Jorge — Mendes Botelho — Jorge Medauar — Orestes Muniz — Wildy Viana — Hélio Manhães — Wilson Vaz — Mário Hato — Fernando Lyra — Iram Saraiva — Genivaldo Correia — Brabo de Carvalho — Múcio Athayde — Heráclito Fortes — Carlos Mosconi — Paulo Meiro — Haroldo Sanford — Evandro Ayres de Moura — Tíde de Lima — Antônio Osório — Juarez Bernardes — Jorge Uequed — Israel Dias-Novas — Oswaldo Lima — Agenor Maria — Saulo Queiroz — Nyder Barbosa — Celso Barros — Fernando Magalhães — Carlos Vinagre — Joacil Pereira — Italo Conti — Carlos Sant'Anna — Josué de Souza — Gerardo Renault — Antônio Pontes — Israel Pinheiro — Ruy Códó — Marcelo Linhares — Milton Brandão — Celso Amaral — Jonas Pinheiro — Mansueto de Lavor — Vingt Rosado — Eurico Ribeiro — Inocêncio Oliveira — Pedro Correa — Alcides Lima — Geovani Borges — Mozarildo Cavalcanti — Ruy Baccelar — Manuel Ribeiro — José Maria Magalhães — Wilson Falcão — Daso Coimbra — Diogo Nomura — Fernando Bastos — Paulo Marques — Santos Filho — João Hermann — Irapuam Costa Júnior — Jarbas Vasconcelos — José Camargo — Mário Frota — Antônio Câmara — Celso Peçanha — Rômulo Galvão — João Gilberto — Francisco Rollemberg — Irajá Rodrigues — Ivo Vanderlinde — Paulo Borges — Pedro Germano — Ossian Araripe — Jorge Arbage — Luiz Henrique — Djalma Falcão — Elquisson Soares — Aurélio Peres — José Carlos Teixeira — Amaral Netto — Valmor Giavarina — Oswaldo Trevisan — Arthur Virgílio Neto — Jackson Barreto — Dirceu Carneiro — Emílio Haddad — Renato Vianna — Cristina Tavares — Egidio Ferreira Lima — Fernando Santana — Octacílio de Almeida — Luiz Antônio Fayet — Raymundo Asfora — Arnaldo Maciel — Luiz Leal — Raimundo Leite — José Tavares — José Mello — Gomes da Silva — Hamilton Xavier — José Luiz Maia — Francisco Amaral — Paulo Mincaroni — Márcio Santilli — Dionísio Hage — Moyses Pimentel — Domingos Juvenil — Epitácio Cafeteira — Marcondes Pereira — Iturival Nascimento — Francisco Sales — Nelson Wedekin — Walmor de Luca — Paes de Andrade — Irma Passoni — Aluizio Campos — Amílcar de Queiroz — Carlos Peçanha — Francisco Dias — Pedro Colin — Lúcia Viveiros — Tarcísio Burity — Gilton Garcia — Fued Dib — Júnia Marise — Maurício Campos — Denisar Arneiro — Celso Sabóia — Jairo Azi — Santinho Furtado — Adhemar Ghisi — José Fernandes — José Maranhão — José Colagrossi —

José Carlos Vasconcelos — Sebastião Ataíde — Armandinho Pinheiro — Cid Carvalho — Márcio Macedo — Antônio Dias — Walber Guimarães — Jorge Vianna — Samir Achôa — Aloysio Teixeira — Leonidas Sampaio — Lélío Souza — Abdias Nascimento — Aldo Arantes — Jorge Leite — Ibsen Pinheiro — Walter Casanova — Guido Moesch — Ailton Sandoval — Bocayuva Cunha — Sérgio Murilo — Aécio Cunha — Lázaro Carvalho — Cássio Gonçalves — Casildo Maldaner — Ciemir Ramos — Marcos Lima — Paulo Guerra — Wall Ferraz — João Faustino — Alberto Goldman — Myrthes Bevilacqua — Jacques D'Ornellas — Oswaldo Nascimento — Carlos Wilson — Amadeu Gera — Vicente Queiroz — Brandão Monteiro.

SENADORES: Fábio Lucena — Alberto Silva — José Fragelli — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Marcelo Miranda — Álvaro Dias — Luiz Cavalcante — Jaison Barreto — Lomanto Júnior — Raimundo Parente — Roberto Saturnino — Mauro Borges — Benedito Canelas — Hélio Gueiros — Humberto Lucena — Martins Filho — Guilherme Palmeira — Galvão Modesto —

Gabriel Hermes — Henrique Santillo — Altevair Leal — Odacir Soares — Fernando Henrique Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — De acordo com as indicações das Lideranças, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro — Senadores: Roberto Wypych, Marcelo Miranda, Alberto Silva, Alfredo Campos e os Srs. Deputados: Ernesto de Marco, Francisco Amaral, Ibsen Pinheiro, Domingos Leonelli e Cristina Tavares.

Pelo Partido Democrático Social — Senadores: Alexandre Costa, Jorge Kalume, Lenoir Vargas, Raimundo Parente e os Srs. Deputados: Artenir Werner, Vieira da Silva e Salles Leite.

Pelo Partido da Frente Liberal — Senadores: Lourival Baptista, Aderbal Jurema, Eunice Michiles e os Srs. Deputados: Jairo Magalhães e Magno Bacelar.

Pelo Partido Democrático Trabalhista — Sr. Deputado Amaury Müller.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — A Comissão Mista ora designada deverá reunir-se dentro de 48 horas para eleição do Presidente do Vice-Presidente.

Perante a Comissão, poderão ser apresentadas emendas, no prazo de 8 dias a contar de sua instalação, com o mesmo número de assinaturas previsto para a apresentação de propostas.

O parecer da Comissão Mista deverá ser apresentado até o dia 13 de setembro próximo.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 42 minutos, neste plenário, destinada à apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 272, de 1978 (nº 2.006/79, na Câmara dos Deputados), vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que dá nova redação à alínea a do art. 32 da lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 40 minutos.)

Ata da 213ª Sessão Conjunta, em 14 de agosto de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Marcondes Gadelha

ÀS 19 HORAS 42 E MINUTOS. ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Alcides Paio — Galvão Modesto — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Américo de Souza — Alberto Silva — César Cals — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Severo Gomes — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Roberto Wypych — Álvaro Dias — Enéas Faria — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octávio Cardoso.

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB, Amílcar de Queiroz — PDS; José Melo — PMDB.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Ubaldino Meirelles — PFL; Vivaldo Frota — PFL.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PFL; Francisco Sales — PDS; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Benedito Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Gerson Peres — PDS; João Marques — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curió — PFL; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PFL; João Alberto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PFL; Nagib Haickel — PDS; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jônathas Nunes — PFL; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PFL; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PFL; Jessé Freire — PFL; João Faustino — PFL.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PFL; João Agripino — PMDB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Mendonça Bezerra — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Sérgio Murilo — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Faicão — PMDB; José Thomaz Nonó — PFL; Renan Calheiros — PMDB; Sérgio Moreira — PMDB. a010

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Hélio Dantas — PFL; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Ângelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PTB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio

Neto — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; José Lourenço — PFL; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Mário Lima — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PFL; Theodorico Ferraço — PFL; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Amaral Netto — PDS; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Ciemir Ramos — PDT; Dasso Coimbra — PMDB; Dêlio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Frejat — PDT; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Saranago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PFL; Walter Casanova — PFL; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Dario Tavares — PMDB; Delson Scarano — PDS; Emilio Haddad — PFL; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Mário de Oliveira — PMDB; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PFL; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Ailton Sandoval — PMDB; Ailton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PFL; Armando Pinheiro — PDS;

Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PFL; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novas — PMDB; João Bastos — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Camargo — PFL; José Genoíno — PT; Majuly Neto — PFL; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PFL; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Samir Achôa

Goias

Adhemar Santillo — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; José Freire — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Paulo Nogueira — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Gera — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; José Tavares

— PMDB; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Ernesto de Marco — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Paulo Melro — PFL; Pedro Colin — PFL; Vilson Klei-nubing — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zanetti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Ueque — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratiní de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clark Platon — PDS; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — As listas de presença acusam o comparecimento de 47 Srs. Senadores e 281 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 272, de 1978 (nº 2 006, de 1979, na Câmara dos Deputados), vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que dá nova redação à alínea a do art. 32 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964

Não tendo a comissão mista incumbida de relatar o veto apresentado seu relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em ordem do dia, nos termos do art. 106 do regimento comum, instuída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão o projeto vetado. (Pausa.)

Não havendo que peça a palavra, encerro a discussão.

A matéria exige **quorum** de 2/3 da composição de cada casa para deliberação.

Dada a inexistência desse **quorum** em plenário, deixa de ser procedida a votação.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Nos termos do art. 55, § 1º, *in fine*, da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 46 minutos, neste Plenário, destinada à apreciação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 6 e 7, de 1985-CN (10ª sessão); 9 e 13, de 1985-CN (7ª sessão); e 12 e 14, de 1985-CN (2ª sessão).

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 45 minutos.)

Ata da 214ª Sessão Conjunta, em 14 de agosto de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Marcondes Gadelha

ÀS 19 HORAS E 46 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Alcides Paio — Galvão Modesto — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Américo de Souza — Alberto Silva — Cesar Cals — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Severo Gomes — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Roberto Wypych — Álvaro Dias — Enéas Faria — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octavio Cardo-

E OS SR. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; José Melo — PMDB.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Ubaldino Meirelles — PFL; Vivaldo Frota — PFL.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PFL; Francisco Sales — PDS; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Benedicto Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Gerson Peres — PDS; João Marques — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curió — PFL; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PFL; João Alberto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PFL; Nagib Haickel — PDS; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jônathas Nunes — PFL; José

Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PFL; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PFL; Jessé Freire — PFL; João Faustino — PFL.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Edme Tavares — PFL; João Agripino — PMDB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Mendonça Bezerra — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; José Thomaz Nonô — PFL; Renan Calheiros — PMDB; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Hélio Dantas — PFL; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Ângelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PTB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; José Lourenço — PFL; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Mário Lima — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PFL; Theodorico Ferraço — PFL; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Amaral Netto — PDS; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Clemir Ramos — PDT; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar

Arneiro — PMDB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Frejat — PDT; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Sarago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PFL; Walter Casanova — PFL; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Dario Tavares — PMDB; Delson Scarano — PDS; Emílio Haddad — PFL; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; José Carlos Fagundes — PFL; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Usses — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Mário de Oliveira — PMDB; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcelos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PFL; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Aírton Sandoval — PMDB; Aírton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PFL; Armando Pinheiro — PDS; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PFL; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novae — PMDB; João Bastos — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Camargo — PFL; José Genoíno — PT; Maluly Neto — PFL; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PFL; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Samir Achôa — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães (afastado) — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; José Freire — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Márcio Lacerda — PMDB;

Mato Grosso do Sul

Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; José Tavares — PMDB; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Renato Loures Bueno — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Ernesto de Marco — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Paulo Melro — PFL; Pedro Colin — PFL; Vilson Klei-nubing — PDS; Walmar de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Darcy Pozza — PDS, Emílio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Ueque — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Prati de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — As listas de presença acusam o comparecimento de 47 Srs. Senadores e 28 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

O SR. HERÁCLITO FORTES — Sr. Presidente, com base no § 2º do art. 29 do Regimento Comum, solicito a V. Exª, dada a evidente falta de **quorum**, o encerramento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — É regimental o requerimento de V. Exª Efetivamente, não existe 1/6 de Srs. Senadores e nem 1/6 de Srs. Deputados em plenário.

Antes, poem. de encerra a sessão, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário, destinada à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 1985, que altera a redação dos artigos 101 e 102 da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes gadelha) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 48 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000
Ano	Cr\$	6 000
Exemplar avulso	Cr\$	50

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000
Ano	Cr\$	6 000
Exemplar avulso	Cr\$	50

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do:

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1 203 — Brasília — DF —
CEP 70 160

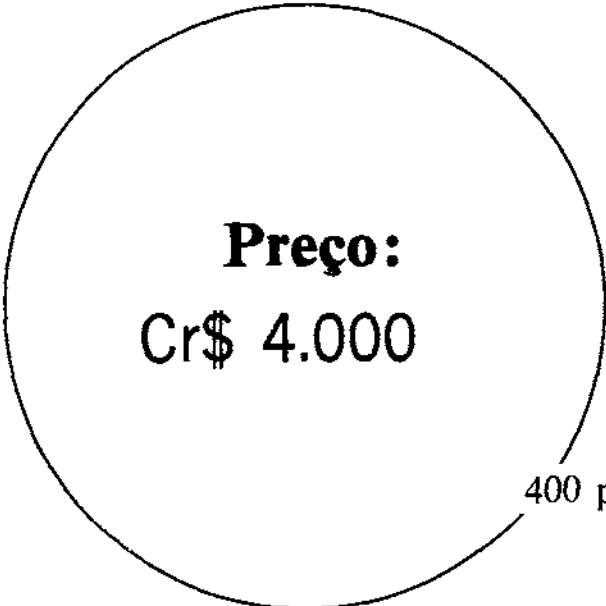
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

(formato bolso)
(9ª edição — março de 1984)
(reimpressão)

Texto consolidado da Constituição do Brasil, de 24-1-67, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, de 17-10-69, e as alterações feitas pelas Emendas Constitucionais nºs 2/73 a 24/83.

128 notas explicativas, com as redações originais dos dispositivos alterados.

Minucioso índice temático.



Preço:
Cr\$ 4.000

400 páginas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal (22º andar do Anexo I) — Brasília, DF — CEP: 70160, ou mediante vale postal ou cheque visado pagável em Brasília (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal). Atende-se, também, pelo reembolso postal.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

(4ª edição — 1982)

Leis e Instruções que regulam as eleições de 1982

Textos atualizados, consolidados, anotados e indexados:

- Código Eleitoral
- Lei Orgânica dos Partidos Políticos
- Lei das Inelegibilidades
- Lei de Transporte e Alimentação
- Lei das Sublegendas

Legislação alteradora e correlata.

Instruções do Tribunal Superior Eleitoral.

(com Suplemento de atualização — 1984)

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas
— Senado Federal (22º andar do Anexo I) —
Brasília, DF — CEP 70160, ou mediante vale postal
ou cheque visado pagável em Brasília (a favor da
Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal).
Atende-se, também, pelo reembolso postal.

Preço: Cr\$ 5.000

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00